



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 125

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1955

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de voto

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 6 de setembro próximo, às 14,30 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do voto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.458, de 1951, na Câmara dos Deputados, e n.º 991 de 1952, no Senado Federal), que dá nova redação ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e venda de terrenos para pagamento em prestações.

Senado Federal, em 10 de agosto de 1955.

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de "vetos" presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do artigo 45, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 15, 20, 22 e 27 de Setembro do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem dos *vetos* presidenciais abaixo indicados:

Dia 15 de Setembro:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei (n.º 1.806, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 260, de 1954, no Senado Federal) que concede amparo aos ex-integrantes da Fôrça Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar (parcial).

Dia 20 de Setembro:

Veto ao Projeto de Lei (n.º 4.228, de 1954, na Câmara dos Deputados, e n.º 38, de 1955, no Senado Federal) que derroga o artigo 3.º da Lei n.º 194, de 29 de Agosto de 1949, o qual assegura a inscrição de provisoriados no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil (total).

Dia 22 de Setembro:

Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.583, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 233, de 1954, no Senado Federal) que provê sobre a revisão obrigatória dos proventos dos servidores, inativos, civis da União e das duas autarquias ou paraestatais (total).

Dia 27 de Setembro:

Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.982, de 1952, no Câmara dos Deputados, e n.º 395, de 1952, no Senado Federal) que restabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário da Língua Portuguesa", e revoga o Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de Dezembro de 1945 (total).

Senado Federal, 26 de Agosto de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Comissões Permanentes

Diretora

Nereu Ramos — Presidente.
Gomes de Oliveira — 1.º Secretário.
Freitas Cavalcanti — 2.º Secretário.
Carlos Lindenbergs — 3.º Secretário.
Ezequiel da Rocha — 4.º Secretário.
Maynard Gomes — 1.º Suplente.
Prisco dos Santos — 2.º Suplente.
Secretário — Luiz Nabuco, Diretor Geral da Secretaria.

De Constituição e Justiça

Cunha Melo — Presidente.
Argemiro Figueiredo — Vice-Presidente.
Armando Câmara.
Atílio Vivacqua.
Benedicto Valadares.
Daniel Krieger.
Gilberto Marinho.
Jubas Maranhão.

Kerginaldo Cavalcanti.
Lourival Fontes.
Ruy Palmeira.

(*) Substituído pelo Sr. Novaes Filho.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Economia

Fernandes Távora — Presidente.
Juracy Magalhães — Vice-Presidente.

Julio Leite.

Sá Tinoco.

Lima Teixeira.

Tarciso Miranda.

Alô Guimarães.

Secretário — Arlindo Moreira.

Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.

Jubas Maranhão — Vice-Presidente.

Silvio Curvo.
Apolônio Sales.

Bernardes Filho.

Guilherme Malaquias.

Armando Câmara.

Secretário — Francisco Soares Aranda.

Reuniões — Terças-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.

Kerginaldo Cavalcanti — Vice-Presidente.

Vivaldo Lima.

Ary Viana.

Armando Câmara.

Heitor Medeiros.

Neves da Rocha.

Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões — Sextas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Novaes Filho — Presidente.
Filinto Müller — Vice-Presidente.

Neves da Rocha.

Ary Viana.

Coimbra Bueno.

Secretário — Francisco Soares Aranda.

Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente *****.

Cesar Vergueiro — Vice-Presidente.

Alberto Pasqualini.

Victorino Freire. *****.

Parsifal Barroso. ***.

Mathias Olympio.

Juracy Magalhães.

Lino de Matos.

Julio Leite.

Dinarte Mariz. **.

Domingos Velasco.
Othon Mäder.
Novaes Filho.
Saulo Fernandes.
Filinto Müller. (**)
Onofre Gomes.
Mourão Vieira
(*) Substituído pelo Sr. João Arruda.
(**) Substituído pelo Sr. Heitor Medeiros.
(***) Substituído pelo Sr. Fausto Cabral.
((**)) Substituído pelo Sr. Waldir Bouhyá.
((***) Substituído pelo Sr. Alfredo Dualibe.

PAPELAS SUPLENCIAS

Ary Vianna.
Lucio Bittencourt.
Daniel Krieger.
Bernardes Filho.
Kerginaldo Cavalcanti.
Armando Câmara.
Secretário — Renato Chermont.
Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30 horas.

De Redação

1 — Júlio Leite — Presidente.
2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.
3 — Alô Guimarães.
4 — João Villasbôas.
5 — Saulo Ramos. (*)
(*) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Othon Mäder — Vice-Presidente.
Guilherme Malaquias
João Arruda.
Lino de Matos.
Ruy Carneiro.
Sebastião Archer.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
Reuniões — Quintas-feiras, às 18 horas.

Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.
Bernardes Filho — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho
Lourival Fontes.
Ruy Palmeira.
Moura Andrade.
Mathias Olympio
João Villasbôas.
Benedicto Valladares.
Secretário — J. B. Castejon Branco
Reuniões — Quartas-feiras

Saúde Pública

1 — Sylvio Curvo — Presidente.
2 — Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
3 — Guilherme Malaquias
4 — Leonidas Melo. (*)
5 — Pedro Ludovico. (**)
(*) Substituído interinamente pelo Senador Mendonça Clark.
(**) Substituído interinamente pelo Senador Costa Pereira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHIEF DO SERVICO DE PUBLICACOES
MURILLO FERREIRA ALVES

CHIEF DA SECAO DE REDACAO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SECAO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARS	FUNCIONARIOS
Capital e Interior	Capital e Interior
Semestre Cr\$ 50,00	Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00	Ano Cr\$ 96,00
Exterior	Exterior
Ano Cr\$ 136,00	Ano Cr\$ 104,00

— Exetuadas-as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.
— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos déem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.
— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sómente mediante solicitação.
— O custo de número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente
Caiado de Castro — Vice-Presidente.

Magalhães Barata.
Ary Vianna.
Silvio Curvo.
Parsifal Barroso. (*)
Bino de Mattos.
(*) Substituído pelo Sr. Fausto Cabral.
Secretário — Romilda Duarte.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão Mista de Reforma Eleitoral

Senador Cunha Mello — Presidente.

Senador Rui Palmeira — Vice-Presidente.

Deputado Ulysses Guimarães — Relator.

Senadores:
Atílio Vivacqua
Lucio Bittencourt.
Filinto Müller.
Alô Guimarães.
Deputados:
Ernani Sátiro.
Colombo de Souza.
Oliveira Brito.
Pereira Filho.
Raimundo Brito.
Secretário: Marilia Pinto Amando.

Comissão de Inquérito para apurar fatos relativos à liberação da Química Bayer Limitada.

Senador Cunha Mello — Presidente.
Senador Alvaro Adolfo — Vice-Presidente. (*)
Senadores Guilherme Malaquias e Argemiro Figueiredo — Relatores.
Senador Ezequias da Rocha. (**)
Senador Kerginaldo Cavalcanti.
Senador Pedro Ludovico. (***)
(*) Substituído pelo Sr. Ruy Carneiro.

(**) Substituído pelo Sr. Atílio Vivacqua.
(***) Substituído pelo Sr. Sá Tinoco..

Secretário — Romildo Gurgel.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Lima Teixeira — Presidente.
Júlio Leite — Vice-Presidente
Paulo Fernandes — Relator.
Ruy Carneiro.
Othon Mäder.
Kerginaldo Cavalcanti.
Lucio Bittencourt — Relator.

Heitor Medeiros.

Júlio Leite.

Secretário — J. B. Castejon Branco.

Secretário — Francisco Soares Araruda.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Alberto Pasqualini

Lino de Matos.

Secretário — Aroldo Moreira.

Reuniões — Quintas-feiras.

De Estudo da aplicação do empréstimo contraído pelo Brasil no Export and Import Bank

Mathias Olympio — Presidente.

Maynard Gomes — Vice-Presidente.

Mendonça Clark — Relator.

Daniel Krieger.

Paulo Fernandes.

Secretário — Miécio dos Santos Andrade.

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasbôas — Presidente.

Georgino Avelino — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.

Alberto Pasqualini.

Heitor Medeiros.

Reuniões — Quintas-feiras.

De Reforma Agrária

Ruy Palmeira — Presidente.

Paulo Fernandes — Vice-Presidente.

Comissão de Reforma Constitucional

Cunha Mello — Presidente.

Alvaro Adolfo — Vice-Presidente.

Kerginaldo Cavalcanti — Relator.

Apolonio Salles.

Benedicto Valladares.

Gilberto Marinho.

Lourival Fontes.

Lima Teixeira.

Argemiro Figueiredo.

Ruy Palmeira.

Atílio Vivacqua.

Armando Câmara.

Lucio Bittencourt.

Jardas Maranhão.

Carlos Lindemberg.

Daniel Krieger.

Comissão de Finanças

22.º REUNIAO, EM 10 DE AGOSTO DE 1955

As 10 horas e 30 minutos, sob a presidência do Sr. Cézar Vergueiro, presentes os Srs. Antônio de Barros Filho, Mathias Olímpio, Alfredo Duailibe, Fausto Cabral, Ari Viana, Heitor Medeiros, Paulo Fernandes, Novais Filho e Juraci Magalhães reúne-se a Comissão de Finanças. Deixam de comparecer os Srs. Othon Mader, Domingos Velasco, Valdir Bouhyd, Julio Leite, Alberto Pasqualino e Mourão Vieira, tendo os dois últimos, justificado suas ausências.

E' lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente anuncia a seguinte distribuição:

— ao Sr. Mathias Olímpio o Projeto de Lei da Câmara n.º 248, de 1954, que cria, na 2.º Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.

— ao Sr. Antônio de Barros Filho o Projeto de Lei da Câmara n.º 143, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para atender aos prejuízos causados pelo tusão, nos Municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina.

Finalmente o Sr. Juraci Magalhães le parecer:

favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 128, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 428.500.000,00, para ocorrer ao pagamento de pessoal e aquisição de materiais indispensáveis à manutenção do tráfego da Ribeira Mineira de Viação, e

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 42, de 1955, que dispõe sobre a regulamentação do § 4.º do art. 153, da Constituição Federal, bem como a emenda a ele apresentada pela Comissão de Transportes.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 27.427,50, para atender ao pagamento do aluguel das salas ocupadas pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura;

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 289.500,00, para atender às despesas decorrentes de exames de habilitação e concursos realizados no ano letivo de 1952, e

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 90, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 35.100,00, para pagamento a Arnaldo de Azevedo Estrela, como indenização de serviços prestados à Administração Pública.

A Comissão aprova os pareceres.

O Sr. Alfredo Duailibe apresenta parecer favorável, aprovado pela Comissão ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 1955, que mantém a decisão do Tribunal de Contas, negatória ao registro do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Ltda.

Em seguida o Sr. Novais Filho emite os seguintes pareceres:

— favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 1955, que mantém a decisão do Tribunal de Contas negatória ao registro do contrato celebrado entre a Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis;

— favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 1955, que aprova o contrato celebrado entre o Arsenal da Marinha e a firma Ferreira de Magalhães & Cia.

— contrato ao Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, que restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Com a palavra o Sr. Cézar Vergueiro oferece parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1955, que retifica, sem ônus, a lei n.º 2.368, de 9-12-55, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1955, bem como à emenda substitutiva da Comissão de Constituição e Justiça, a ele apresentada.

O Sr. Antônio de Barros Filho dá parecer favorável, aprovado unânime pela Comissão, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 136, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, por conta da arrecadação do corrente exercício, o crédito extraordinário de Cr\$... 3.000.000,00, para atender aos prejuízos causados pelo tusão, nos Municípios da zona norte do Estado de Santa Catarina.

Finalmente o Sr. Juraci Magalhães le parecer:

favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 128, de 1955, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 428.500.000,00, para ocorrer ao pagamento de pessoal e aquisição de materiais indispensáveis à manutenção do tráfego da Ribeira Mineira de Viação, e

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 42, de 1955, que dispõe sobre a regulamentação do § 4.º do art. 153, da Constituição Federal, bem como a emenda a ele apresentada pela Comissão de Transportes.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Especial de Revisão do Código de Processo Civil

1.º REUNIAO (DE INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1955

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 1955, às 16 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores João Vilas Boas, Atilio Vivacqua, Georgino Avelino, Heitor Medeiros e Alberto Pasqualini, reúne-se esta Comissão Especial de Reforma do Código de Processo Civil.

Assume a Presidência, o Sr. Senador João Vilas Boas, que declara instalada a Comissão e a finalidade da presente reunião que é a de proceder à eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Aurada a votação apresenta o seguinte resultado:

Para Presidente:
Senador João Vilas Boas — 4 votos
Senador Alberto Pasqualini — 1 voto.

Para Vice-Presidente:
Senador Georgino Avelino — 4 votos
Senador Heitor Medeiros — 1 voto.

O Sr. Presidente declara eleitos os mais votados e considera-os empossados.

O Sr. Presidente João Vilas Boas em seu nome e de seu companheiro Senador Georgino Avelino, em breve oração agradece a confiança de seus

pares sufragando os seus nomes para os postos para que vêm de ser eleitos.

O Sr. Presidente designa para relator da Comissão o Sr. Senador Atilio Vivacqua e determina ao Sr. Secretário a distribuição dos Projetos em seu poder.

Foram distribuídos ao Sr. Relator os Projetos de Lei da Câmara números 171-52, 333-53 e Projetos de Lei do Senado ns. 31-52, 49-52, 30-52, 37-52, 5-52 e os ofícios S. F.-52 — 54 e S. F. 89-54 ambos oriundos do Ministério da Justiça, apresentando sugestões para alterações no Código de Processo Civil.

Nada mais havendo que tratar, levanta-se a reunião, lavrando eu, José da Silva Lisboa, Relator, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Inscrição de Senadores para a 90.º Sessão, em 30-8-55

- 1.º — Senador Atilio Vivacqua.
- 2.º — Senador Heitor Medeiros.
- 3.º — Senador Domingos Velasco.
- 4.º — Senador João Arruda.
- 5.º — Senador Cunha Melo.
- 6.º — Senador Lima Teixeira.

ATA DA 89.º SESSÃO DA 1.º SESSÃO LEGISLATIVA ORDINARIA DA 3.º LEGISLAÇÃO, EM 29 DE AGOSTO DE 1955.

PRESIDENCIA DOS SRS. NEREU RAMOS E FREITAS CAVALCANTI.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Melo. — Prisco dos Santos. — Alfredo Duailibe. — Pílio de Mello. — Arêa Leão. — Mathias Olímpio. — Onofre Gomes. — Parsifal Barroso. —

(N.º 525-A. DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Institui a cédula única de votação

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É instituída para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República a cédula única de votação, de acordo com o modelo anexo, contendo os nomes dos candidatos na ordem cronológica dos respectivos registros.

Parágrafo único. A cédula única será impressa e distribuída pelo Tribunal Superior Eleitoral aos Tribunais Regionais e, por estes, redistribuída aos juízes, que a remeterão aos presidentes das mesas receptoras em número suficiente aos eleitores de cada uma.

Art. 2.º O disposto no artigo anterior não exclui a faculdade que têm os partidos, de imprimir e distribuir cédulas do mesmo modelo para sua utilização nos termos desta lei.

Parágrafo único. Se a justiça eleitoral não puder fazer chegar às mesas receptoras as cédulas por ela impressas, os partidos poderão entregá-las mesas as de sua impressão, desde que o façam em quantidade suficiente para todos os eleitores.

Art. 3.º O eleitor admitido a votar apresentará, com o seu título eleitoral, a cédula de que se houver munido ao presidente da mesa receptora, o qual, verificando estar a cédula em ordem e não assinalada, depois de, nesse ato, rubricá-la com os mesários presentes, e dar-lhe o número correspondente (séries de 1 a 9), a devolverá ao eleitor para que, no gabinete indevassável, assinale em cruz a tinta ou lapis-tinta fornecidos pela mesa, no retângulo a esse fim destinado, os nomes de seus candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República.

§ 1.º A cédula de que trata esta lei constituirá a própria sobrecarta, de modo a resguardar-se o sigilo do voto, devendo as rubricas serem apostas na parte externa.

§ 2.º Se o eleitor não apresentar cédula, o presidente da mesa entregá-lhe-á a cédula distribuída pela justiça eleitoral, observando-se todas as cautelas previstas neste artigo.

§ 3.º O presidente da mesa também entregará ao eleitor a cédula distribuída pela justiça eleitoral, caso o votante apresente cédula já assinalada ou com vícios outros que comprometam o sigilo do voto, ou ainda que não corresponda ao modelo legal. Nesta hipótese, o presidente da mesa reterá a cédula apresentada pelo eleitor, inutilizando-a em seguida.

§ 4.º Ao entregar ou restituir a cédula ao eleitor, o presidente da mesa receptora mostrá-la-á antes aos fiscais de partido presentes ao ato, para que possam verificar se está conforme as disposições desta lei.

Erginaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — Freitas Cavalcanti. — Rui Palmeira. — Júlio Leite. — Maynard Gomes. — Lourival Fontes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Carlos Lemberg. — Atilio Vivacqua. — Ari Viana. — Sá Tinoco. — Paulo Fernandes. — Tarcísio Miranda. — Guilherme Malacquias. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Benedicto Valadares. — Domingos Velasco. — Coimbra Bueno. — Costa Pereira. — Maria Motta. — João Villasboas. — Heitor Medeiros. — Nereu Ramos. — Alberto Pasqualini. — Daniel Krieger. (42).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 42 Srs. Senadores. Havia número legal, está aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O SR. 2.º SUPLENTE:

Servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, ue, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 2.º SECRETARIO:

No exercício de 1.º, lê o seguinte

O Expediente

Offícios:

— Da Câmara dos Deputados, sob n.º 1.782, de 25-8-55, comunicando haver aprovado emenda do Senado ao Projeto de Lei n.º 2.263, de 1952, que cria Coletorias Federais e dá outras providências;

— Da mesma Casa do Congresso, sob n.º 1.805, de 27-8-55, encaminhando os autógrafos da seguinte

EMENDA SUBSTITUTIVA

ao Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1955, que institui a cédula oficial na seleções majoritárias.

O SR. PRESIDENTE:

Art. 4.º A rubrica da cédula em outra oportunidade que não a da entrega ou restituição da mesma ao eleitor, no ato de votar, constitui o delito, previsto no item 19 do artigo 175 do Código Eleitoral.

Parágrafo único. Quaque que seja o meio de grafia utilizado para o assinamento da cédula deverá ser quanto possível, uniforme, a fim de se resguardar o sigilo do voto.

Art. 5.º Ao depositar a cédula na urna, o votante deverá fazê-lo por maneira a mostrar a parte rubricária à mesa e aos fiscais de partido presentes.

Art. 6.º Havendo coincidência de eleições para Presidente e Vice-Presidente da República com eleições para preenchimento de outros cargos, o eleitor irá ao gabinete e indevassável duas vezes: a primeira para assinalar na cédula única os nomes dos candidatos de sua escolha; depois de votar

com a cédula única o eleitor receberá do presidente da mesa a sobrecarta oficial com a qual votará ao gabinete indevassável para votar nos mais candidatos.

Art. 7.º É revogado o artigo 36 e seus parágrafos da Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955.

Art. 8.º Os militares removidos ou transferidos no período de seis meses anteriores ao pleito, poderão votar nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República na localidade em que estiverem servindo, observado o disposto no artigo 32, § 1.º da Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MODEL. DA CEDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 1.º
DESTA LEI

PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA



PARA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA



A Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE

MESARIO

MESARIO

Veto n. 5, de 1955

Do Sr. Prefeito do Distrito Federal, ao projeto de lei municipal n.º 102, de 1955.

G.P. 1432.

Em 27 de agosto de 1955.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos do § 3.º, e para os §§ 1º e 4.º, do artigo 14 da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Projeto de Lei n.º 102, de 1955, da Câmara dos Vereadores, que me foi enviado em 17 do corrente mês, e ao qual neguei sanção, globalmente, por ser inconstitucional e contrário aos interesses do Distrito Federal.

2. Com efeito, determina o Projeto de Lei em apreço que os "programas de ensino da 5.ª série (Curso Primário Complementar) das Escolas Primárias da Prefeitura, serão idênticos aos programas de exame de admissão ao Curso Ginásial adotados pelo Ministério da Educação e Cultura".

3. Assim, pretende o referido Projeto de Lei que o currículo da 5.ª série primária seja constituído, apenas, pelas seguintes disciplinas: Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, que são as matérias exigidas para o exame de admissão ao Curso Ginásial (Portaria n.º 501-52, do Ministério da Educação e Cultura).

4. Ora, estabelece o art. 5.º inciso XV, alínea "d", da Constituição Federal, que cabe à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. E a atual Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei n.º 8.329, de 2-1-46) estipula em seu art. 8.º, verbis:

"O curso primário complementar, de um ano, terá os seguintes grupos de disciplinas e atividades educativas:

I — Leitura e linguagem oral e escrita.

II — Aritmética e Geometria.

III — Geografia e História do Brasil, e noções de Geografia geral e História da América.

IV — Ciências Naturais e Higiene.

V — Conhecimentos das atividades econômicas da região.

VI — Desenho.

VII — Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região.

VIII — Canto orfeônico.

IX — Educação física.

Parágrafo único — Os alunos do sexo feminino, aprenderão, ainda, noções de economia doméstica e de puericultura".

5. Assim, por força do dispositivo supratranscrito, nove matérias (disciplinas e atividades educativas) devem constar "obrigatoriamente" da 5.ª série primária (curso primário complementar), em todos os estabelecimentos de ensino primário do território federal.

6. É evidente, portanto, a inconstitucionalidade do Projeto em apreço.

7. Além do mais, a transformação do mencionado Projeto em lei viria ferir flagrantemente os interesses do Distrito Federal, porque é reconhecida a finalidade "formativa" da escola primária. Seu currículo não é mera coleção de disciplinas isoladas, de que se extraiam dados "informativos" para um obsoleto ensino verabista. Ao contrário, procura-se an escola moderna o enriquecimento da personalidade pela aquisição de hábitos e atitudes sociais através de atividades e experiências. A simples observação do currículo da 5.ª série antes transscrito dá idéia de suas possibilidades para a educação integral da criança, mormente se levarmos em conta que a escola primária, embora não seja ajuda a escola de todos os brasileiros, é a que o maior número deles alcança.

8. Nessas condições, o Projeto de lei em causa apresenta os seguintes inconvenientes:

a) altera a finalidade formativa do curso primário complementar, transformando-o e incurso de admissão, de objetivo apenas preparatório para o ingresso na escola de grau médio; b) atende ao interesse de pequeno grupo de crianças, isto é, daquelas que pretendem ingressar na escola média;

c) desinteressa as demais crianças (a maioria) do ensino de nítida preparação para uma finalidade fora de seus projetos ou de seus recursos, redundando, afinal, em futuro próximo, no abandono da 5.ª série por aqueles que não possam ingressar na escola média, o que seria praticamente a redução de "um ano" na "formação primária".

9. Por tudo isso, é claro que a pretendida inovação é contrária aos interesses do Distrito Federal.

Confiante, como sempre, no esclarecido espírito público dos ilustres e dignos Senadores da República, vê-lo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, as expressões de meu mais elevado apreço. — Atílio Pedro, Prefeito do Distrito Federal.

PROJETO VETADO

A Câmara do Distrito Federal Resolve:

Art. 1.º Os programas de ensino da 5.ª Série (Curso Primário Complementar) das Escolas Primárias da Prefeitura, serão idênticos aos programas de exame de admissão ao Curso Ginásial adotados pelo Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. (Pausa).

Acha-se na Casa o Sr. Bayma Archer da Silva, suplente convocado para substituir o Sr. Senador Sebastião Archer durante a licença que lhe foi concedida.

Para introduzir no recinto, a fim de prestar o compromisso regimental, bem como os nomes dos seus dirigentes atuais e o local da sua sede;

2.º) Se o "Movimento Nacional Popular Trabalhista" está registrado como partido político no Tribunal Superior Eleitoral para gozar do direito de propaganda própria e de candidatos, nos termos do artigo 151, n.º 3, do Código Eleitoral.

Rio de Janeiro 29 de agosto de 1955. — João Villasboas.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Ten a palavra o nobre Senador Atílio Vivacqua, inscrito em primeiro lugar.

O SENADOR ATTILIO VIVACQUA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

Durante o discurso do Sr. Atílio Vivacqua o Sr. Nereu Ramos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Freitas Cavalcanti, reassumindo-a posteriormente.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento de urgência. (Pausa).

É lido o seguinte

Requerimento n. 386, de 1955

Nos termos do artigo 156 § 4.º do Regimento Interno, requeremos urgência para Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1955, que institui

a cédula única.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1955. — Domingos Velasco. —

Costa Pereira. — Caiado de Castro. — Maynard Gomes. — Heitor Medeiros. — Coimbra Bueno. — Onofre Gomes. — Júlio Leite. — Prisco dos Santos. — Atílio Vivacqua. — Sá Tinoco.

O SR. PRESIDENTE:

Na forma do Regimento, essa requerimento será votado depois da Ordem do Dia. (Pausa).

Vão ser lidos três requerimentos de informações.

SAO LIDOS E DEFERIDOS OS SEGUINTE

Requerimento n. 387, de 1955

Senhor Presidente:

Ouvido o plenário, solicito ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, por intermédio da Mesa as seguintes informações:

1.º — Qual o lucro líquido, durante o ano de 1954, das empresas que exploraram a indústria de artefatos de borracha em nosso país;

2.º — Qual o lucro líquido das empresas que operam, no mesmo ramo, com capital estrangeiro, durante o ano de 1954, discriminadas nominalmente essas empresas.

Sala das Sessões do Senado, 29 de agosto de 1955. — Mourão Vieira.

Requerimento n. 388, de 1955

Senhor Presidente:

Atendendo a que a imprensa vem noticiando a existência nesta Capital e em outros pontos do País, de uma Associação denominada "Movimento Nacional Popular Trabalhista", que promove comícios político-partidários, fazendo, por esse e por outros meios, a propaganda de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República:

Requeiro, nos termos do artigo 122, letra c, do Regimento Interno, sejam solicitadas do Sr. Ministro da Justiça as seguintes informações:

1.º) O inteiro teor do registro dos estatutos do "Movimento Nacional Popular Trabalhista" como sociedade civil, bem como os nomes dos seus dirigentes atuais e o local da sua sede;

2.º) Se o "Movimento Nacional Popular Trabalhista" está registrado como partido político no Tribunal Superior Eleitoral para gozar do direito de propaganda própria e de candidatos, nos termos do artigo 151, n.º 3, do Código Eleitoral.

Rio de Janeiro 29 de agosto de 1955. — João Villasboas.

Requerimento n. 389, de 1955

Senhor Presidente:

Atendendo a que a imprensa vem largamente noticiando a fundação, nesta capital, da "Liga da Defesa da Legalidade";

Atendendo a que ela anuncia estar instalada à avenida Churchill 109-A, 2.º andar, sala 201, tendo ali a sede das suas atividades político-partidárias;

Atendendo a que, como entidade coletiva, vem essa Liga promovendo comícios e reuniões de natureza político-partidária:

Requeiro, nos termos do artigo 122, letra c, do Regimento Interno, sejam solicitadas do Sr. Ministro da Justiça, as seguintes informações:

1.º) O inteiro teor do registro público da Liga da Defesa da Legalidade, com os respectivos estatutos e os nomes dos seus dirigentes e responsáveis;

2.º) Se a mesma Liga está registrada como Partido Político no Tribunal Superior Eleitoral para gozar do direito de propaganda própria e de candidatos, nos termos do artigo 151, n.º 3, do Código Eleitoral.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1955. — João Villasboas.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido um requerimento subscrito por vários Srs. Senadores. (Pausa).

É LIDO O SEGUINTE

Requerimento n. 390, de 1955

Nos termos do artigo 121, letra f, do Regimento Interno, requirei a realização de sessão extraordinária hoje, às 21 horas, para o fim de apreciar o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1955.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1955. — Coimbra Bueno. — Mario Motta. — Maynard Gomes. — Kerinaldo Cavalcanti. — Lima Teixeira. — Arêa Leão. — Cunha Mello. — Ruy Palmeira.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido será discutido e votado depois da Ordem do Dia, dependendo do pronunciamento do Plenário sobre a urgência pedida para o Projeto a que se refere.

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a prorrogação da hora do expediente, passa-se a

ORDEM DO DIA

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1955, que acrescenta quatro parágrafos ao artigo 78 da Constituição Federal, tendo parecer contrário sob n.º 893, de 1955, da Comissão de Reforma Constitucional.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 42 Srs. Senadores, quorum mínimo para a votação de emenda à Constituição.

Vai-se proceder à chamada.

RESPONDEM À CHAMADA OS SENHORES SENADORES

Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Prisco dos Santos. — Remy Archer. — Alfredo Duallibe. — Púlio de Mello. — Mathias Olympio. — Onofre Gomes. — Parsifal Barroso. — Kerinaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Reginaldo Fernandes. — Ruy Carneiro. — Freitas Cavalcanti. — Rui Palmeira. — Maynard Gomes. — Lourival Fontes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Lima Teixeira. — Carlos Lindeberg. — Atílio Vivacqua. — Ari Viana. — Sá Tinoco. — Paulo Fernandes. — Guilherme Malaguas. — Caiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Benedito Valdades. — Domingos Velasco. — Coimbra Bueno. — Mario Motta. — João Villasboas. — Heitor Medeiros. — Nereu Ramos. — Alberto Pasqualini. — Daniel Kricke. — 38.

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 38 Senhores Senadores, número insuficiente para votação de matéria constitucional.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que prova o contrato celebrado entre o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e a firma Pereira de Magalhães & Cia. Ltda., para alienação de uma usina termoelétrica, tendo preceções favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 166, de 1955; e da Comissão da Fazenda, sob n.º 967, de 1955. Em di ussão.

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E aprovado e vai à Comissão de Redação o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 9, de 1955

(N.º 5.048-A-1955, na Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e a firma Pereira de Magalhães & Cia. Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 9 de setembro de 1953, entre o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e a firma Pereira de Magalhães & Cia. Ltda., para alienação de uma usina termoelétrica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 23, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova, com o aditamento, o contrato celebrado entre o Ministério da Guerra, e Oddone Marsili, para exploração do serviço do restaurante no Palácio da Guerra, tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 992, de 1955; e da Comissão de Finanças, sob n.º 993, de 1955.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Nenhum Sr. Senador fazendo uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

E aprovado e vai à Comissão de Redação o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 23 de 1955

(N.º 5.038-1955, na Câmara)

Aprova, com o aditamento, o contrato celebrado entre o Ministério da Guerra e Oddone Marsili.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado, com o aditamento de 14 de abril de 1955, o contrato celebrado, em 5 de abril de 1954, entre o Ministério da Guerra e Oddone Marsili para exploração do serviço de restaurante no Palácio da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 103, de 1955, que estende à locação de imóveis rurais o disposto no § 5.º do artigo 15 da Lei n.º 1.300, de 28-12-1950 (altera a Lei do Inquilinato), tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 949, de 1955, favorável, quanto à constitucionalidade e à conveniência.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (Pausa).

Foi encaminhada à Mesa uma emenda do nobre Senador João Arruda.

E lida e aprovada a seguinte

EMENDA N.º 1

Acrescente-se onde convier:

No caso do inciso VIII do art. 15, da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, o proprietário é obrigado a dar preferência ao locatário para a locação do prédio reconstruído ou reformado, fixando-se o aluguel por arbitramento, na forma do art. 4.º e seu parágrafo único, se as partes interessadas não se acordarem nesse sentido.

Justificação

A omissão da Lei n.º 1.300 acarreta um tratamento desigual para o inquilino despejado com fundamento no art. 15, eis que, na hipótese do § 7.º, do mesmo artigo, o inquilino tem o direito de preferência na ocupação do prédio de que foi despejado. Demais, se a verdadeira intenção do proprietário era apenas reconstruir o imóvel ou fazer reforma que lhe dê maior capacidade de utilização, é justo que o inquilino volte a ocupá-lo, em condições de aluguel, que deverão ser fixadas pela autoridade municipal, se os interessados não se ajustarem.

Vale acentuar que muitos proprietários recorrem à providência da reconstrução ou reforma do prédio com o intuito oculto de despejarem os inquilinos. Sendo assim, nada mais justo do que o legislador prevenir essa situação, estabelecendo o direito de preferência ao locatário despejado.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1955. — João Arruda.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto e a emenda. Nenhum Sr. Senador fazendo uso da palavra, encerrei a discussão.

E encerrada.

O projeto, com a emenda, retornará à Comissão de Constituição e Justiça.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 73, de 1954, que dá nova redação ao parágrafo 2.º, do artigo 6.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso semanal remunerado — (aprovado em 1.ª discussão com emenda, em 27-7-55), tendo parecer da Comissão de Redação, sob n.º 928, de 1955, oferecendo a redação do vencido.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Nenhum Sr. Senador fazendo uso da palavra, encerrei a discussão.

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E aprovado e vai à Câmara dos Deputados o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 73, de 1954

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O parágrafo 2.º, do artigo 6.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 6.º

§ 2.º O doença será comprovada mediante atestado de médico da instituição da Previdência Social a que estiver filiado o empregado, e, na falta deste e sucessivamente, de médico do Serviço Social do Comércio ou da Indústria; de médico da empresa ou por ela designado; de médico a serviço de representação federal, estadual ou municipal incumbido de assuntos de higiene ou de saúde pública; ou não existindo estes, na localidade em que trabalhar, de médico de sua escolha”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, que restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante, tendo pareceres da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 974, de 1955, declarando escapar a matéria à competência da Comissão de Comissão de Finanças, sob n.º 975, de 1955, contrário; e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do art. 91, § 4.º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

E lido o seguinte

Parecer n.º 1.007, de 1955

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, que restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante.

Relator: Sr. Daniel Krieger.

O Projeto de Lei n.º 40, de 1954, originário do Senado, restaura os direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante.

As categorias funcionais de Praticantes de Piloto, Praticante Maquinista, Praticante Motorista e Praticante Comissário da Marinha Mercante, foram extintas pelo Decreto-lei n.º 1.766, de 10 de novembro de 1939.

A extinção, porém, não foi imediata e nem teve como corolário o afastamento dos integrantes das categorias declaradas extintas, que continuaram a exercer as suas atividades, em caráter excepcional, nos postos imediatamente superiores, servindo-se da permissão outorgada pelo parágrafo único do artigo 1.º do Decreto 7.191, de 16 de maio de 1941.

O Regulamento para a Escola da Marinha Mercante, aprovado pelo Decreto n.º 31.143, no seu artigo 74 condicionou, no entanto a concessão das cartas de 2.º Piloto, 3.º Maquinista — Motorista e 2.º Comissário aos artigos praticantes à prestação de exames de habilitação.

Aos praticantes de piloto que não se submeteram às provas de habilitação, facilitadas pela dispensa de matrícula e freqüência, quer o projeto conferir o título de 2.º Piloto.

Tendo vigorado, durante 15 anos, normas instituídas com o propósito de facilitar a substituição das cartas de praticante de Piloto pelas de 2.º Piloto, forçoso é convir em que só não as substituiram os dislpicentes ou incapazes.

Ademais, o projeto, dispensando as provas de capacidade, exigidas pela lei para o exercício do ofício de piloto, infringe as normas legais disciplinadoras da espécie e consequentemente o preceito do artigo 141 § 14 da Constituição Federal.

Diante do exposto, somos pela rejeição do projeto, que reputamos inconveniente e ilegal.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1955. — Cunha Mello, Presidente. — Daniel Krieger, Relator. — Atílio Vivacqua. — Rui Palmeira. — Benedito Valladares. — Kerainaldo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE:

A Constituição no art. 141, § 14, estabelece:

“É livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer”.

O Parecer conclui que essa norma não foi obedecida, razão por que reputa o projeto, não constitucional, mas ilegal.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar usar da palavra encerrei a discussão (Pausa).

Está encerrada.

A votação será artigo por artigo.

E rejeitado, artigo por artigo, e vai ao Arquivo o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 40, de 1954

Restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante.

Art. 1.º São promovidos a segundos pilotos os atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante Nacional que, na conformidade do Decreto n.º 7.191, de 16 de maio de 1941, contem mais de dez anos de exercício nas funções

de segundos pilotos e possuam a medalha e o diploma de Guerra, referente à última conflagração europeia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as constantes do Decreto nº 31.143, de 18 de julho de 1952.

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a matéria da ordem do dia.

Vai ser votado o Requerimento número 386, apresentado na hora do expediente, pedindo urgência para a discussão e votação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.º 15, que institui a cédula oficial.

Os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O art. 156, § 4.º do Regimento Interno declara:

“Se o plenário entender que se trata de assunto que ficaria prejudicado se não fôr resolvido imediatamente, a discussão e votação da matéria serão no final da Ordem do Dia da mesma sessão em que a urgência fôr concedida. Concedida a urgência, anuncio a discussão do Projeto.

A norma regimental lida não dispensa os pareceres das Comissões, que podem ser dados imediatamente. Façulta, entretanto o pedido de prazo, que não poderá exceder de duas horas.

Tem a palavra o nobre Senador Cunha Mello, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. CUNHA MELLO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto do Senado já tem relator, na Comissão de Constituição e Justiça, o nobre Senador Daniel Krieger. Presidente daquele órgão não tenho motivo para designar outro relator.

Peço a V. Ex.ª conceda a palavra ao nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Não foi revisto pelo orador) — S. Presidente, pediria a V. Ex.ª o prazo de meia hora para reunir os membros da Comissão a fim de ouvir a opinião de meus colegas.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o Regimento, suspendo a sessão por meia hora, a fim de que a Comissão de Constituição e Justiça opine sobre o Projeto.

A sessão é suspensa às 16 horas e 20 minutos e reaberta às 16 horas e 40 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão. Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger, para emitir parecer em nome da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto n.º 15, de 1955, que institui a cédula oficial.

O SR. DANIEL KRIEGER:

S. Presidente, ao projeto do Senado, ao Câmara dos Deputados, ofereceu ao Substitutivo, cujo teor é do conhecimento de todos, e encontra-se contido no avulso distribuído aos Srs. Senadores.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado deve agora manifestar-se sob dois aspectos: o primeiro, o da constitucionalidade; o segundo, o da conveniência.

Quanto à constitucionalidade, na da se lhe pode opor: quanto à conveniência se nos fosse ignorar as circunstâncias determinantes de

adoção desse Substitutivo, diríamos que preferímos o projeto originário do Senado; mas todos reconhecemos que na situação do país e na forma bicameral que temos, não pode prevercecer apenas o ponto de vista de uma das Casas do Congresso.

A Câmara dos Deputados que já rejeitou a cédula oficial — poderia, dentro do nosso sistema constitucional, recusar também o projeto de lei do Senado — atendendo a superiores inspirações de patriotismo, e depois de largos e amplos entendimento com todas as correntes políticas em que se divide a representação popular, e de também depois ter ouvido o Poder Judiciário, encarregado da apreciação dessas leis, resolveu adotar o substitutivo agora sujeito à apreciação do Senado da República.

Bem sabemos que não representa esse substitutivo a etapa definitiva no aperfeiçoamento eleitoral; mas indiscutivelmente, significa grande passo e, sobretudo, expressa o patriotismo e o desejo de entendimento dos brasileiros na preservação do regime e na defesa da pureza do voto.

Assim Sr. Presidente, em nome da Comissão de Constituição e Justiça opino pela constitucionalidade e pela conveniência do substitutivo. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o Substitutivo que tem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Nenhum Sr. Senador querendo fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Encerrada.

Institui a cédula única de votação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É instituída para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República a cédula única de votação, de acordo com o modelo anexo, contendo os nomes dos candidatos na ordem cronológica dos respectivos registros.

Parágrafo único. A cédula única será impressa e distribuída pelo Tribunal Superior Eleitoral aos Tribunais Regionais e, por estes, redistribuída aos juízes, que a remeterão aos presidentes das mesas receptoras em número suficiente aos eleitores de cada uma.

Do Projeto do Senado apenas foi mantido sem alteração o Art. 9º que diz:

"Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Houve substituição dos artigos 1.º e 2.º do Projeto, pelo art. 10 do Substitutivo; do art. 3.º do Projeto, pelo parágrafo único do art. 1.º do Substitutivo; do art. 4.º do Projeto, pelo art. 3.º do Substitutivo; e do art. 6.º do Projeto, pelo § 1.º do art. 3.º do Substitutivo.

Houve supressão dos §§ 1.º e 2.º do art. 3.º do Projeto, bem como dos artigos 5.º, 7.º e 8.º.

Finalmente, houve acréscimo dos seguintes dispositivos do Substitutivo: art. 2.º; §§ 2.º, 3.º e 4.º do art. 3.º; art. 4.º e seu parágrafo único, e artigos 5.º, 6.º, 7.º e 8.º.

Tendo a Comissão de Constituição e Justiça dado parecer favorável ao Substitutivo, a votação será em globo salvo destaques que sejam requeridos.

A votação do Substitutivo, envolve a aceitação, pelo Senado, todas as modificações propostas pela Câmara dos Deputados, em relação ao seu Projeto.

Nessas condições, submeto ao voto do Senado as modificações constantes do Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovadas.

O Projeto está prejudicado e o Substitutivo vai à sanção.

SUBSTITUTIVO APROVADO

Art. 2.º O disposto no artigo anterior não exclui a faculdade, que têm os partidos, de imprimir e distribuir cédulas do mesmo modelo para sua utilização nos termos desta lei.

Parágrafo único Se a justiça eleitoral não puder fazer chegar às mesas receptoras as cédulas por elas impressas, os partidos poderão entregar às mesas as de sua impressão, desde que o façam em quantidade suficiente para todos os eleitores.

Art. 3.º O eleitor admitido a votar apresentará, com o seu título eleitoral, a cédula de que se houver mudado ao presidente da mesa receptora, o qual, verificando estar a cédula em ordem e não assinalada, depois desse ato, rubrica-la com os mesários presentes, e dar-lhe o número correspondente (séries de 1 a 9), a devolverá ao eleitor para que, no gabinete indevassável, assinele em cruz, a tinta ou lapis-tinta fornecidos pela mesa, no retângulo a esse fim destinado, os nomes de seus candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República.

§ 1.º A cédula de que trata esta lei constituirá a própria sobrecarta, de modo a resguardar-se o sigilo do voto, devendo as rubricas serem apositas na parte externa.

§ 2.º Se o eleitor não apresentar cédula, o presidente da mesa entregar-lhe-á a cédula distribuída pela justiça eleitoral, observando-se todas as cautelas previstas neste artigo.

§ 3.º O presidente da mesa também entregará ao eleitor a cédula distribuída pela justiça eleitoral, caso o votante apresente cédula já assinalada ou com vícios outros que comprometam o sigilo do voto, ou ainda que não corresponda ao modelo legal. Nesta hipótese, o presidente da mesa reterá a cédula apresentada pelo eleitor, inutilizando-a em seguida.

§ 4.º Ao entregar ou restituir a cédula ao eleitor, o presidente da mesa receptora mostrá-la-á antes aos fiscais de partido presentes ao ato, para que possam verificar se está conforme as disposições desta lei.

Art. 4.º A rubrica da cédula em outra oportunidade que não a da entrega ou restituição da mesma ao eleitor, no ato de votar, constitui o delito previsto no item 19 do artigo 175 do Código Eleitoral.

Parágrafo único. Qualquer que seja o meio de grafia utilizado para o assinalamento da cédula, deverá ser, quanto possível, uniforme, a fim de se resguardar o sigilo do voto.

Art. 5.º Ao depositar a cédula na urna, o votante deverá fazê-lo por maneira a mostrar a parte rubricada à mesa e aos fiscais de partido presentes.

Art. 6.º Havendo coincidência de eleições para Presidente e Vice-Presidente da República com eleições para preenchimento de outros cargos o eleitor irá ao gabinete indevassável duas vezes: a primeira para assinalar na cédula única os nomes dos candidatos de sua escolha; depois de votar com a cédula única o eleitor receberá do presidente da mesa a sobrecarta oficial com a qual votará ao gabinete indevassável para votar nas outras candidaturas.

Art. 7.º É revogado o artigo 36 e seus parágrafos da Lei n.º 2.550, de 26 de julho de 1955.

Art. 8.º Os militares removidos ou transferidos no período de seis meses anteriores ao pleito, poderão votar nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, na localidade em que estiverem servindo, observado o disposto no artigo 32, § 1.º, da Lei n.º 2.550, de 26 de julho de 1955.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MODELO DA CÉDULA UNICA DE VOTAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 1º
DESTA LEI

PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PRESIDENTE

MESARIO

MESARIO

PARA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A Comissão de Constituição e Justiça.

PROJETO PREJUDICADO
PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 15, DE
1955

Institui a Cédula oficial nas
eleições majoritárias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nas eleições que obedecem
ao princípio majoritário, serão utilizadas
cedulas oficiais de votação, de
acordo com o modelo anexo.

Art. 2º Nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus Suplentes, Governadores e Vice-Governador, Prefeito Vice-Prefeito as cédulas conterão além da designação do cargo eleito os nomes dos candidatos registrados.

Art. 3º A impressão das cédulas
será feita pela imprensa oficial da
União dos Estados e dos Municípios,
podendo, em caso de emergência, ser
esse trabalho requisitado a oficinas
particulares mediante indenização
posterior.

§ 1º A impressão sob pena da res-
ponsabilidade de quem a ordenar far-
se-á, para cada eleição, em ordem
variável de colocação dos nomes —
em tantos grupos quantos o seu nú-
mero — de tal forma que, em cada
grupo, figure na cabeça da cédula
um nome diverso com alteração, também
na ordem dos subsequentes.

§ 2º A distribuição das cédulas pe-
las mesas receptoras será feita de

modo que disponham, todas elas, de nome para o mesmo cargo eletivo.
vários grupos impressos, para serem
entregues, indistintamente, aos ele-
tores no ato de votar.

Art. 4º Recebendo do Presidente
da mesa receptora a cédula ou as co-
dulas, todas por ele e por dois mesá-
rios, devidamente rubricadas no en-
verso, sob pena de nulidade, o eleitor
passará à cabine indevassável onde
assinalará à tinta com uma cruz (x),
o nome do candidato de sua escolha
dobrando e colando a cédula, de for-
ma a garantir o sigilo do voto. A se-
guir, retirando-se da cabine indeva-
sável, colocará a cédula na urna.

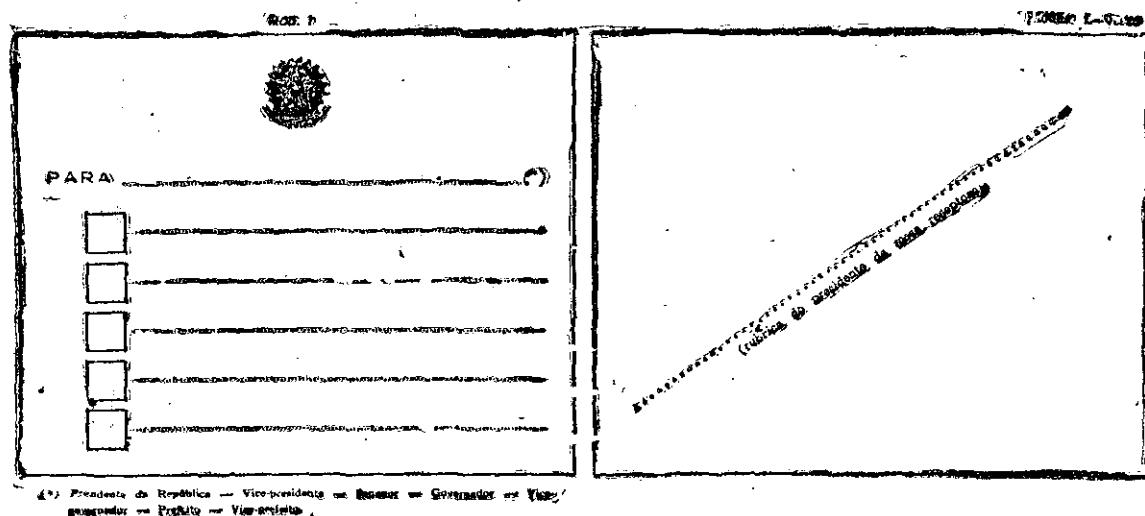
Art. 5º Serão nulas as cédulas em
que tiver sido assinalado mais de um

Art. 6º Com a cédula oficial não
se usará sobre carta.

Art. 7º O registro dos candidatos
será feito até quarenta e cinco dias
antes do pleito.

Art. 8º Para o pleito eleitoral de
3 de outubro de 1955 verificada a Im-
possibilidade do preparo de cédulas
oficiais para todas as eleições pelo
processo majoritário, poderá o Supe-
rior Tribunal Eleitoral restringir a
aplicação desta lei aos cargos em que
não se verificar aquela impossibili-
dade.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.



PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(Mod. II)

PARA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PRESIDENTE

MESÁRIO

MESÁRIO

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Para declaração de voto) (Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente peço a palavra, em nome dos Senadores que integraram a maioria do Senado e que aprovaram o Projeto da Cédula Oficial, por mim apresentado, filiados à União Democrática Nacional, ao Partido Trabalhista Brasileiro, ao Partido Republicano, ao Partido Libertador, ao Partido Progressista e Partido Socialista Brasileiro, passo a lêr a seguinte declaração de voto (lendo):

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os Senadores integrantes da maioria que, nessa Casa fez triunfar o Projeto do Senador Domingos Velasco, visando adotar a "cédula oficial" para as eleições processadas pelo sistema majoritário, declararam o seguinte:

Fizeram-no no interesse do aperfeiçoamento da legislação eleitoral aquela sugestão oferecida pelo Ilustre Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, sob a inspiração de restringir tanto quanto possível as fraudes, que atualmente viciam a manifestação da vontade popular.

Sofreu, entretanto, aquele Projeto, no seu curso na Câmara dos Deputados, modificações que lhe reduziram os efeitos, tão ansiosamente visados pelos que aqui o defenderam e votaram.

Essas modificações receberam, em expressiva e pública manifestação o agão, não somente do Ilustre Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, como também dos dignos magistrados que o compõem.

A maioria do Senado está convencida de que o substitutivo da Câmara Federal não atinge aos objetivos aperfeiçoados do Projeto. Todavia, considera-a como um passo dado naquele sentido, podendo ser melhorado no futuro, uma vez que a Nação inteira deseja ardenteamente que o Congresso vote uma legislação, em que nosso sistema de alistamento, votação e apuração dos sufrágios traduza de fato, a manifestação real da vontade do eleitorado.

Por estas razões e por não retardar a deliberação sobre o assunto de tão magna importância, a maioria do Senado votou pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer (Muito bem, muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Constará da Ata a declaração formulada por V. Ex^a. (Pausa).

Tem a palavra o nobre Senador Maynard Gomes, orador inscrito para depois da ordem do dia.

O SR. MAYNARD GOMES:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente: Ocupo esta tribuna para trazer ao conhecimento do Senado, a infausta notícia do falecimento ontem nesta cidade, do Gal. Gil Antônio Dias de Almeida.

Era o Gal. Gil, filho do Estado de Sergipe, e que como se aconter a tantos outros filhos daquele pequenino estado, cedo, buscou a Escola Militar, culturando-se à carreira das armas.

Numerosas, foram as comissões que exerceram, revelando em todas elas, qualidades de autêntico chefe militar, jamais ambicionando outra causa que ser soldado.

Surpreendido pela revolução de 1930, no comando da 3.^a Região Militar em Porto Alegre, portou-se com lealdade e dignidade, custodio-lhe a altitude magnífica, uma reforma administrativa.

Recolhido à vida privada, e sem nenhuma solicitude, promoveu-o o Chefe do Governo ao posto de Gal

de Divisão, reparando assim grave injustiça a que o havia levado os acontecimentos.

Soldado da velha témpera, disciplinado e disciplinado entendia, certo ou errado, que o lugar do soldado era o quartel, tendo por haver a defesa da Pátria e suas instituições, na forma do juramento prestado, ao trocar suas vestes, cívis gloriosa túnica militar.

Tive oportunidade de servir sob suas ordens, e guarlo até hoje, a impressão que sempre me causou o seu caráter reto de chefe impecável.

Desta tribuna, em meu nome e no da terra em que, nascemos, aqui deixo estas palavras de saudade. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães, segundo orador inscrito depois da Ordem do Dia.

Durante o discurso do Sr. Maynard Gomes, o Sr. Nereu Ramos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Freitas Cavalcanti.

O SR. JURACY MAGALHÃES:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, cumpro o doloroso dever de comunicar ao Senado e à Nação o falecimento do General de Divisão, Gil Antônio Dias de Almeida, ocorrido na última 6.^a feira, 26 do corrente, nesta Capital.

Nascido a 3 de maio de 1874, em Pacatuba, na então Província de Sergipe, verificou praça como cadete, com destino à Escola Militar da Corte, a 24 de abril do ano em que se proclamaria a República no Brasil.

Colhido pela revolução de Custódio José de Melo, ainda em plena vida escolar, viu-se obrigado a pegar em armas em defesa da legalidade, tendo sido ferido em campanha.

Por atos de bravura, praticados no combate de Itajahy, gaigou o posto de Alferes, a 21 de dezembro de 1893.

Matriculado, inicialmente, na Escola Preparatória de Rio Pardo, terminou o curso na Escola da Praia Vermelha.

Depois de ter sido promovido a tenente por estudos em 1904, escalou sempre por mércimos, os postos de Capitão, em 1908, Major, em 1913, Tenente Coronel, em 1917 e Coronel, em 1919.

Acendeu ao generalato em 1923 vendo-se promovido a General de Divisão em 1927. Exerceu difíceis comissões profissionais, dando-lhes sempre cabal desempenho. Como Tenente, participou da concentração do Vale do Amazonas, na questão do Acre. Já como Capitão organizou e comandou a 1.^a Companhia de Metralhadoras, servindo, em comissão, na Brigada Militar no posto de Major. Como Tenente Coronel, durante a 1.^a Grande Guerra, organizou e comandou o 28.º Batalhão de Caçadores, no seu Estado natal. No posto de Coronel comandou a Polícia Militar do Distrito Federal.

Depois de comandar a 4.^a Brigada de Infantaria, em Juiz de Fora, foi nomeado Comandante da Escola Militar do Realengo, função que exerceu de 1924 a 1927. Em 23 de junho deste mesmo ano foi nomeado Comandante da 3.^a Região Militar, cargo em que o colheu a Revolução de 1930, que, injustamente, o castigou com uma reforma administrativa, mais tarde tornada sem efeito.

Foi ele, praticamente o Comandante que conheceu a minha turma — Laguna e Dourados — da qual foi pananinfo em nossa festa de formatura a 7 de janeiro de 1927.

A última vez que saiu de casa para comparecer a uma solenidade, após o falecimento a que se levou, infelizmente, desde 1930, ocorreu nas Bodas de Prata de formatura da mi-

nha turma, quando tive a honra de ser o orador oficial da solenidade em nome de meus velhos e queridos companheiros. E' este Senhor Presidente, o militar e cidadão que desaparece numa hora em que as paixões políticas e os desassainhos partidários invadem todos os ambientes do cenário nacional e tentam invadir, mesmo, os quartéis para transformá-los mais uma vez, em brigadas da discordia.

E' alentador para mim recordar neste instante, aquela modesta figura de soldado, modelar pelo bom senso, exemplar pelo espírito de disciplina, paradigma pela dignidade. Brilante de sua memória, rendo minhas homenagens de cidadão e faço perisfilado a minha respeitosa continência de soldado.

ciais e a seu alto espírito de compre-

Grãças à sua capacidade de comando, ao seu tato na formação dos oficiais, foi possível à minha turma e a que lhe foram contemporâneas, atravessar, sem maiores tropeços, aqueles anos procelosos da revolução de 1924 e dos movimentos e pronunciamentos militares que se lhe seguiram.

A minha geração muito e muito lhe deve em aprendizado cívico e em consciência patriótica. Era um Chefe no velho estilo, dotado daquele "saber de experiência feito", de que falava Camões. Evoco, desta tribuna, a sua memória com a mais viva emoção, sobretudo porque prescrevi e antevejo a minha classe às vésperas de lançar-se, de novo, naquelas lutas divisionistas e fraticidas que caracterizaram o ciclo das revoluções brasileiras de 1922 a 1930.

Não é este o momento de evocação daqueles fatos violentos e sanguinários que marcaram aquele capítulo de nossa história; mas a lembrança da figura do General Gil de Almeida Poderá, talvez, surgerir a meditação capaz de evitar a reincidência nos mesmos erros e violências do passado. A conduta do insigne soldado, diante da procissão que enfrentou, pode servir-nos de radar, indicativo das tragédias que se avizinharam na vida brasileira. A fina flor da inteligência da minha geração profissional desde o famoso "Manifesto dos Coronéis", o qual mereceu minha ampla reprovação por suas inevitáveis consequências, na marcha e aperfeiçoamento das instituições democráticas; aquela resumante manifesto, apesar das suas patrióticas inspirações, valeu e equivaleu como nova contra-prova de que os brilhantes companheiros de minha geração militar, não se têm podido subtrair à tentação perigosa de interferir nas conversas de bastidores da política partidária nacional. Descobrir e averiguar se é a política que bate à porta dos quartéis na hora turva das controvérsias políticas, o averiguar e descobrir se não os militares que interferem, como grupo social, na vida pública, é tarefa difícil de precisar em uma hora de paixões como esta.

A boa doutrina é que nos era ensinada por Gil de Almeida e a que nos vêm sendo pregada pelo General Henrique Duffles Teixeira Lott, na entrevista de ontem a um matutino desta capital: em relação às candidaturas à Presidência da República não lhe cabia opinar senão nas urnas.

Por outro lado é aconselhável e preciso cessarem certas manifestações de falsa valentia, decertos elementos cívicos, aforrados em dar a impressão de que classes armadas estão acuadas por uma bühnha pressão da opinião pública. Nada mais errôneo e, sobretudo, nada mais injusto.

Reascender as velhas rixas entre cívismo e militarismo bem mais pacificamente, desde 1930, ocorreu nas Bodas de Prata de formatura da mi-

As guerras modernas deram às forças armadas a característica real de nação em armas.

Os profissionais militares apenas enquadram o povo, na hora de perigo, com a possível eficiência, em defesa da Pátria.

Todos somos brasileiros. E' mister que, civis e militares, todos sejamos bons brasileiros.

Só seres sem entranhas e sem alma podem desejar ver as forças armadas desmoralizadas.

Conclamo os companheiros que têm gosto para a atividade política a virem lutar, como simples cidadãos, apenas como cidadãos, em prol do aperfeiçoamento democrático.

Mas, ac que os conclamo, sobretudo, é que mantenhamos, a qualquer preço, a união das forças armadas.

Tenho bem viva em minha memória o quadro dos sacrifícios de sangue e de sofrimentos sem conta e sem par, nas prisões e nos exílios, das apreensões nos quartéis e nos lares e da oportunidade que se abre aos impariota, aos incapazes e aos corruptos com a indústria da preservação da legalidade.

Tenhamos bem presentes estes tristes fatos, que assinalam, invariavelmente, quaisquer lutas fraticidas.

Senhor Presidente.

A evocação de um Chefe como o general Gil de Almeida, sacrificado profissionalmente, às injustiças e aos horrores das lutas fraticidas, levaram-me a meditação e devem também levar à meditação todos os meus queridos companheiros de farda.

Desta meditação surgirá como uma luta a imperiosa necessidade da união das forças armadas para o cumprimento dos seus deveres constitucionais. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Comunico à Casa que o Requerimento n.º 390, formulado pelo nobre Senador Coimbra Bueno, no sentido da realização de uma sessão extraordinária, hoje, para apreciar o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.º 15 de 1955, está prejudicado em virtude da matéria haver sido votada esta sessão ordinária.

Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, orador inscrito em terceiro lugar.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

Presidente, tem a Casa que o Requerimento n.º 390, formulado pelo nobre Senador Coimbra Bueno, no sentido da realização de uma sessão extraordinária, hoje, para apreciar o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n.º 15 de 1955, está prejudicado em virtude da matéria haver sido votada esta sessão ordinária.

Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, orador inscrito em terceiro lugar.

Presidente, tem a Casa de Machado de Assis mais um imortal, o Senador Assis Chateaubriand. Nossa Academia de Letras registra, de ora por diante, no seu seio, um jornalista de qualidades excepcionais, resplendoroso, redator excelente, de utilidade de escrita admirável, mesmamente os problemas nacionais sobre os quais de crítica das más exortativas, demonstrando a grande capacidade e a inteligência dinâmica desse paraibano, meu convivente do Rio Grande do Norte.

Assis Chateaubriand, que sómente

vim a conhecer no Senado Federal, é sobretudo um animador de debates. Encontro nido-o, na tribuna, sempre com as características de uma personalidade invulgar, com ele se debate sentindo-se embora os aceros de sua adaga florentina ou as cutiladas de sua espada de Toledo. Ninguém mais do que ele é capaz de emprestar a um tema, por vezes vulgar, vitalidade, colorido e brilho, que causam admiração aos ouvidos, arrastando aqueles que polemizam com sua singular personalidade a uma admiração irrestrita.

Nesta Casa, Sr. Presidente, tive que enfrentar o Senador Assis Chateaubriand. Foram momentos inováveis, instantes extraordinários, de que sempre guardarei profundas recordações. O "caeté" civilizado e

ilustre manejava as armas da dialética, servido por uma experiência onímada, derramando, em torrentes de imaginação, conhecimentos que vitalizavam os problemas nacionais.

Contradizendo-o, por vezes, outras muitas, redarguindo-lhe, com decisão, a cada passo, porém, minha admiração crescia pela polimorfia da sua inteligência, sagacidade dos seus julgamentos e — por que não dizer? — pelo espírito público de que era dotado, contribuindo, com o seu esforço, largamente, para ventanear os problemas do país, abrindo clareiras onde dantes só havia a selva bruta da incompreensão.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.^a muito me honra.

O Sr. Lima Teixeira — Além dos atributos que V. Ex.^a menciona, da personalidade do Sr. Assis Chateaubriand, poderiam ser aduzidos outros, como, por exemplo, a campanha desenvolvida em prol da Aviação...

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — E da Criança.

O Sr. Lima Teixeira — Exatamente: ainda, a criação de Postos de Emergência, para evitar o aumento da mortalidade infantil;

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, não farei a análise dessa individualidade, tão singular: desse homem, que reune qualidades positivas e negativas, mas, no qual sobressaem as primeiras, pelo espírito construtivo, merecedor — sejam quais forem os ângulos da crítica em que nos colocarmos — do nosso respeito e do nosso acatamento.

Só quem não terçou armas com Assis Chateaubriand poderá ignorar de que ele seja capaz, ágil, conhecedor das facetas poliédricas da crítica política, sabendo penetrar, com desassombro, no âmago dos problemas sociais de maior significação, emprestando-lhes o vigor de um raciocínio que arrasta, para ele, nossa admiração, confunde e constrói; e contundindo e construindo, é ele, sem favor, um elemento que cria forças, que levantam possibilidades, que estabelece, enfim, alicerces sobre os quais arranhaça e estrutura, obra de frutificação nacional.

Já tardava que na Casa Machado de Assis um jornalista interessasse: jornalista militante, com dezenas de anos de serviço na vida de imprensa, como o é Assis Chateaubriand.

Diariamente —, e nem parece que os anos já lhe pesam bastante — ele a percorrer, como um *globetrotter*, fuindo o mundo, distâncias imensas, ora nas zonas geladas, ora nas zonas tropicais, colhendo ensinamentos, passando pela retina a cõr de paisagens variegadas e frazenjo, para os que estão no seu convívio, aquelas tesouros de força espiritual que só os homens fortes podem derramar no seio da humanidade.

Sr. Presidente, ao ensejo deste improviso, quero agradecer ao Sr. Assis Chateaubriand a lembrança que teve ele que é imortal, — desse pobre mortal, que sou eu, na peça magnífica que foi seu discurso na Academia Brasileira de Letras. Quero agradecer-lhe pelo reconhecimento de que sou nacionalista dedicado aos interesses do meu país e que não vejo dentro das contingências da época em que vivemos, outras possibilidades de grandeza ou, mesmo de salvação para este país, para esta nação, que não a de se colocar dentro dos nobres postulados desse nacionalismo sadio que pregamos no Senado, onde também muitas vezes têm sido superiormente definidos pelo nobre Senador Domingos Velasco.

O Sr. Domingos Velasco — Muito grato a V. Ex.^a

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, foi grande noite, da admirável e excepcional recepção do acadêmico Assis Chateaubriand no silojo da Avenida Presidente Wilson.

Entre os fados dos acadêmicos, entre a indumentária cintilante dos que se exibiram, ministros que lá se encontravam, sómente, para tristeza minha, faltou a casaca austera do Presidente da República, meu velho amigo, Sr. João Café Filho. Não sei se S. Ex.^a, nessa noite memorável se encontrava tal qual eu, isto é, doente do fígado; possivelmente. S. Ex.^a padecia de alguma complicação gástrica.

De qualquer forma, foi profundamente lamentável que o Sr. Presidente da República com a superioridade do seu espírito, não tenha comparecido para dar ao Sr. Assis Chateaubriand, representante do nordeste, da nossa gloriosa Paraíba, tão próxima do coração do Rio Grande do Norte, a expressão da sua solidariedade do seu aplauso.

Aqui, porém, neste momento, eu que contendia com o Sr. Assis Chateaubriand em pelejas rudes, eu que tive, por mais de uma vez, de me defrontar com esse gigante da palavra escrita e falada, opondo-lhe às armas acaladas meu pequeno arco de tuipiquim emplumado do Potengy, não fujo, todavia, de lhe testemunhar a admiração que se tem pelos homens operosos, pelos indivíduos esforçados, pelas personalidades de envergadura brilhante como é, sem favor, o Senador Assis Chateaubriand.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com todo o prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Sem querer interromper o fio das considerações de V. Ex.^a, sinto-me, como parabiano, muito contente de ouvir V. Ex.^a com essa independência que o caracteriza.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Ruy Carneiro — V. Ex.^a emite conceito judicoso ao nobre e eminentíssimo Senador Assis Chateaubriand. Quando aquél grande, vamos dizer sinceramente, aquél gigante pela inteligência, pelo saber, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, na vaga do saudoso e querido Presidente Getúlio Vargas, vim à tribuna para felicitar a Academia pelo preito de justica rendido a S. Ex.^a como grande figura das letras brasileiras, no que fui apoiado por V. Ex.^a Agora, desejo solidarizar-me com o nobre orador pelas palavras justas e brilhantes que está proferindo, em relação à festa da inteligência e do saber, realizada sábado no Silojo Brasileiro pela posse do nosso eminente colega, Senador Assis Chateaubriand.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Muito obrigado pelas palavras de V. Ex.^a que me sensibilizam profundamente.

Sr. Presidente, se o estilo é o homem, o estudo, que o nobre Senador Assis Chateaubriand fez, dessa individualidade marcante que foi Getúlio Vargas definiu também a sua personalidade.

Aquela estudo analítico apresentado pelo novo membro da Academia de Letras, é fascinante, através da exposição, sente-se aquela tonalidade, evidentemente uma das formas de ser do Senador Assis Chateaubriand.

O Sr. Parsifal Barroso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com prazer.

O Sr. Parsifal Barroso — Estou ouvindo com profunda atenção o discurso de V. Ex.^a

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Obrigado. E' bondade de V. Ex.^a

O Sr. Parsifal Barroso — Queria dizer que, desde sábado à noite, quando pelo rádio acompanhei a cerimônia da posse do nosso nobre colega, Senador Assis Chateaubriand, como amigo e colaborador que fui de Getúlio Vargas, senti vibrar intensamente o pequenino cristal da minha emoção. Realmente, são sempre frustras as testativas da fixação das personalidades muito ricas de substâncias humanas, como a de Getúlio Vargas. Nesses momentos sentimos a verdade do conceito de filosofia que nos diz: "a realidade sempre transborda do conceito". Em verdade o discurso de posse do Sr. Assis Chateaubriand, na Academia Brasileira de Letras, como fixação dos sinais mais característicos da personalidade impar e gigantesca de Getúlio Vargas imortaliza o seu autor, no momento em que a Casa de Machado de Assis o recebeu como imortal no mundo do espírito e da beleza, ambiente agitado e complexo das lutas de Getúlio Vargas, ali se refletiu de modo infável, como harmonioso painel, de cujo fundo se destaca, siva e inconfundível, a figura de Getúlio Vargas, a homenagem de V. Ex.^a é justa e, estou certo, interpreta o sentimento de todos nós.

O Sr. Púlio de Melo — (Dirigindo-se ao orador) — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Com muita honra e prazer.

O Sr. Púlio de Melo — Representante do Maranhão, ofereço à brillantíssima oração de V. Ex.^a a solidariedade do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa do Parlamento Nacional, secundando os conceitos elevados e justos tributados ao grande ornamento de nossa bandeira — o Sr. Senador Assis Chateaubriand. A posse de S. Ex.^a, na Academia Brasileira de Letras foi, inegavelmente, uma noite de triunfo e esplendor, que honra a civilização do mundo intelectual de qualquer povo. As palavras, por V. Ex.^a pronunciadas, são testemunho eloquente do grande valor daquele que tanto significa a Bancada do meu Estado — Senador Assis Chateaubriand.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, estava eu a entrar na apreciação de alguns aspectos do discurso pronunciado pelo Senador Assis Chateaubriand, por ocasião de sua recepção na Academia Brasileira de Letras, quando fui agradavelmente surpreendido pelos aparentes dos nobres colegas, Senadores Parsifal Barroso, do Ceará e Púlio de Melo, do Maranhão. Já anteriormente, se havia manifestado os Senadores Ruy Carneiro e Lima Teixeira, da Paraíba e da Bahia.

Como se vê, Sr. Presidente, a vizinhança paraibana está, toda ela, solidária com a homenagem prestada, na noite de 27 do corrente, ao Senador Assis Chateaubriand, na Casa de Machado de Assis.

O Sr. Ruy Carneiro — Não poderei ser de outra maneira.

O Sr. Púlio de Melo — Apoiado.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Se não for a ausência dos representantes de Pernambuco e, ainda que desautorizado, pelo conhecimento que tenho dos mesmos, posso dizer que inclui nestas manifestações...

O Sr. Púlio de Melo — Mesmo porque Pernambuco foi o teatro inicial da vida desse grande gênio, que é Assis Chateaubriand.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI ... ele teria também, os aplausos, a manifestação direta da alegria dos pernambucanos.

O Sr. Lima Teixeira — Poderia a manifestação de alegria de todo o Norte.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, colho a esmo, nesse magnífico discurso, magistral sob todos os aspectos, uma definição da personalidade de Getúlio Vargas.

Vou ler esse trecho para conhecimento do Senado, ou melhor, vou destacá-lo porque o meu objetivo, como disse de inicio, é fazer transcrever, não só o discurso do Senador Assis Chateaubriand como o daquele que o saudou no sodalício da Rua Presidente Wilson, o grande jurista e notável intelectual Dr. Aribal Freire, professor de tantas gerações de acadêmicos, que pelo Brasil saíram a prestar à Justiça os serviços mais elevados.

"Não era Vargas sómente à América Latina e a Rússia, Minas e o Rio Grande.

Seu tacto, a sua finura, as suas manhas, a sua solerça de gato, a sua sedução o identificam muito com o Rei de Itaca.

Sem charme, o charme que emanava da sua pessoa era irresistível. Quando queria, era-lhe fácil envolver-nos dos eflusivos da sua sedução e subjugar-nos. Em outros, o poder de fascinar exigiria um jôgo mais artificial. Nele não havia um esforço de amabilidade, senão aquela elegante volubilidade que punha nas conversas, ora ferindo um ponto, ora outro, conforme aqueles que faziam a sua roda.

UM SER ESTRANHO

Vargas é o ser mais estranho e sobre-humano que teve até hoje a galeria dos homens de governo latino-americano. Com ele nos poderemos permitir a muitas combinações. Armando Salles já preso, no Rio, em casa, em 37, suspeitava na noite de 18 de Brumário Getúlio, perante mim, uma opinião que ele nunca mais negaria. Vargas é um homem futejante. O vencido reconhecia no verdugo da sua causa a juventude intelectual que dele dominava. Vargas tinha de Pedro II e de Floriano; de Serniense e de Fecundo; de Mauá e das forças telúricas do indio ciumento, que olha de através o branco civilizado. E' tolerante e intolerante; gosta dos ricos e dos pobres, e fazendo política socialista não tem constrangimento de frequentar os ricos e de sentar-se à mesa deles a fim de melhor experimentar a técnica de demoli-los. Enxundioso e plácido, enganava o que lhe tomava a gordura como indicativo de bonacheirão".

Não existe, Sr. Presidente, melhor perfil, traçado de linhas mais expressivas do que este oferecido ao Dr. Getúlio Vargas.

Só um mestre da palavra, como o Senador Assis Chateaubriand, poderia, em pinceladas tão significativas, esboçar a personalidade complexa, profundamente complexa, do ex-Presidente Getúlio Vargas.

St. Presidente, já disse, nesta Casa — e repito — ninguém teve mais amor à legalidade do que o Sr. Getúlio Vargas. Parece a minha assertão, a muitos, um paradoxo. Desde logo, porém, expliquei: Getúlio Vargas veio na crista de uma revolução por amor à legalidade; não à legalidade da fachada e de mentiras, mas à de fato, aquela que ele trazia na cintura dos soldados revolucionários e lhe servia, realmente, de farol e estrela na vida, contra as eleições furtivas, as eleições de falso de pena, as eleições forjadas e as agitações fraudulentas.

Getúlio Vargas representava o império da lei, redutivo. Era uma constante fidel aos seus ideais de redemocratização do país.

Ditador por força de circunstâncias — que ao sociólogo cabe examinar quando passarem paixões do momento, Getúlio Vargas, retratava, ainda assim, a fidelidade legal. Procurou armazéns, dentro da lei, para se sentir confortado (?) e conformado. Quando surgiu o golpe de 45, este homem que era um bravo sobre todos os aspectos, não quis resistir, nem mesmo imolar — como fez posteriormente — sua vida. E por que, Sr. Presidente? Porque Getúlio Vargas sabia que não era o homem da Lei; sentia que não representava a vontade do povo brasileiro; reconhecia que não concretizava os princípios de uma Constituição nascida da vontade livre do povo. Getúlio Vargas preferiu largar um Poder que lhe viera por forma extra-legal a opôr resistência aqueles que lhe ameaçavam o peito varonil com os canhões e tanques.

Em 1950, eis Getúlio Vargas eleito pelo povo brasileiro. Não é mais o caudilho, não é mais o governo de caudilho, não é mais o governante de emergência, nem uma expressão extra-legal. Getúlio Vargas e a força da vontade do nosso povo, é a expressão indomita da vontade eleitoral da gente brasileira. Traduzia autoridade no presidencialismo; traduzia a unidade do princípio legal, e a força constitucional a serviço da Nação. A imposição da força não lhe obteria uma renúncia, porque seria uma capitulação com a ilegalidade; preferiu varar o peito com uma bala.

Deu, Sr. Presidente, um exemplo extraordinário de amor às Instituições, selando-as com seu próprio sangue. Daí afirmar que foi sempre um fascinado pelo lei esse homem dos pampas, esse homem de fronteira, esse homem lido nas histórias dos caudilhos. Foi sempre um amiroso da legalidade. Dentro da ilegalidade, era um epifenômeno político; traduzia talvez um sintoma alarmante da nossa vida, mas não deixava de ser, de forma alguma, o mesmo homem que, em 1930, resolveu constituir-se em chefe de uma força rebelde. Isso, porém, para implantar definitivamente, no país, a revitalização dos nossos costumes, de onde sairiam dias mais auspiciosos para a coletividade brasileira.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Pois não.

O Sr. Lima Teixeira — V. Ex.ª descreve muito bem e com muito boa orientação o papel desempenhado pelo Presidente Getúlio Vargas neste país. Há, contudo, um ponto que preparamos ressaltar: Getúlio Vargas era um espírito equilibrado; possuia, em alto grau, o bom senso. Mesmo quando lutava pelas reivindicações sociais, em favor do operariado, não se esquecia do ajuste entre capital e trabalho. De tal forma se comportava, como V. Exa. há pouco expunha, que podia sentar-se tanto à mesa do pobre como à do rico. Sabia manter o equilíbrio entre essas duas forças; a que dava o trabalho e a que lhe empresta colaboração para que seja útil e realizador. Descreve V. Exa. também muito bem a personalidade do Presidente Getúlio Vargas quando diz que, de fato, S. Exa. era um homem da legalidade. E o era de tal forma que, até na época discricionária, parecia-nos vivermos num período constitucional. Getúlio Vargas não perseguia ninguém; não era de seu feito. Situava-se e de equilíbrio, de compreensão, a ponto de ter a vontade de transformar o adversário em amigo. Colocava-se sempre em posição de poder chamar ao seu ambiente todos aqueles que o combatiam. O Senador Assis Chateaubriand quando discursava na Academia Brasileira de Letras, tomado posse da cadeira que

pertenceu a Getúlio Vargas, muito justamente exaltou a personalidade de S. Exa.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Sr. Presidente, não prosseguirei porque sinto estar-me tornando bibliógrafo, quando não é esse meu propósito. Desejava, apenas, prestar homenagem ao Senador Assis Chateaubriand, meu antagonista nessa Casa, com quem debati, por vezes, os problemas de maior significação nacional, naquele linguagem de cortezia e respeito recíproco em que, graças a Deus, demos prova de compreensão e cordialidade.

É o seguindo o discurso do Senador Assis Chateaubriand:

Esta cadeira, senhor presidente e senhores acadêmicos, pela essência animada dos seus vários detentores, traz o que pode haver de menos adequado ao ritmo das Academias, como guardas da tradição, senhoras do metro e raias da medida. Ela é um paio de pólvora, perpétuo, como o raio no firmamento. Thomaz Anônimo Gonzaga, ainda saturado no lirismo da sua poesia arcádica do enxofre da rebelião dentro dos portões de Vila Rica. O vate, senão exprime uma revolução em marcha tem, contudo, o odor do que hoje se poderá chamar uma "conspiração fria". Frustro, a costa d'Africa é o seu desenlace ainda mais álgido, que o exílio da pátria e a distância da mulher amada.

Silva Ramos, gramático, de maço e mona, fino escritor da língua, tradutor feliz de Haine, era um explosivo. Brigava com quem o desafiasse. Era indôcil com os provocadores. Andava às turmas com os adolescentes insubordinados no Externato Pedro II. Não só gostava de lidar, como também aceitava as rixas que lhe eram trazidas por estrurdias de estudantes, galos valentes, levantava a crista einha para o terreno. Cisca aí, o bravo e ilustre professor a quem o convívio com Portugal e os lusitanos, propiciou, ao lado de um elegante sentido de pureza da língua, a capacidade de pelejar pelo que ele julgava o seu dever, a sua honra, o seu direito.

Com Alcantara Machado, manteve uma convivência que durou, do ano em que aqui chegou até a sua morte. Afrânio Peixoto, seu amigo, m'ô apresentaria certa tarde, na Avenida Rio Branco, nada menos de 23 anos mais tarde, com Roberto Simonsen e outros, fundavam a Escola de Sociologia e Política, de cujo Conselho Administrativo ufano-me de ser diretor, em substituição de Afrânio Peixoto. Seu filho, Antônio, morreu diretor do nosso "Diário da Noite", carioca. Alcantara Machado, apreciava comigo, há muitos anos, o papel do Tietê, que eu vejo cada dia maior, no quadro geográfico da natureza econômica do Brasil. Da grande estrada viva, aberta, ao transporte das bandeiras, isto é o Tietê, dizia Alcantara Machado que era o maior dos paulistas, até porque não pretere ninguém. Seu rival, suponho, será Nossa Senhora da Aparecida, mas essa chegou boiando, faceira, entre lirios, na baía do outro rio, grande como o Tietê, porém híbrido. O Paraíba bate as portas de três casas não é só paulista. É um bandoleiro pérfilo. Não ama ninguém. Vêde o ciúme que da terra paulista tem o Tietê. Não a larga nunca. Corre sempre dentro da área do território de São Paulo. O Paraíba ama três terras.

Suave, não falando, mas susurrando, distante das multidões, fechado, sempre hermético e político de Alcantara Machado era um contraste com o daquela natureza tédia, aparentemente macia da garoa paulistana. O veludo que tinha na alma para os amigos, transformava-se em urtiga para os adversários. Quando se vinha de Armando Salles, fascinante na elegância dos ademanes de um europeu, de um supercivilizado, de um Jacino, sufocado pela exuberância tropical dos seus contemporâneos, e se desembocava em Alcantara Machado, é que se notava a oposição dos dois temperamentos, que renhiam dentro do Partido Constitucionalista. Nossa presidente da Escola de Sociologia de São Paulo, dentro de um clima partidário, ele e os seus inconfidentes, que nas mesmas fileiras militavam, constituem um pelotão em rebelião constante. Os fermentos que traziam para emulsionar a vida daquela maloca guianiana, davam precipitados que os colocavam em constante fricção com os outros companheiros da sua agremiação cívica. Alcantara Machado era um galho víçoso do jequitibá perrepista. Ali dentro, sob a 1.ª República, não vivia satisfeito. Resmungava. Seus competidores domésticos, na nova ordem partidária, a que surgiu após o colapso militar de 9 de julho, emanavam do Partido Democrático. Reivindicando uma larga dose de liberdade intelectual no seio desse gremio, Alcantara Machado agia dentro dos seus muros, soprando um mistral quente, no gênero daquele a que Augusto levantou alturas. A ventania que ele mandava do peito, sacudia a vergas da nau-menina, recém-saída dos estaleiros da revolução. De sorte, a tempestade acendia o santo emos nos mastáreus do barco, cujo bojo a todos acolhia. Eram os "fantasmas" da consolação branca de Alcantara Machado. Tendes aí a terceira figura de conspirador da cadeira.

Rondam ainda pelo Rio e São Paulo, dois dos seus "espectros" da meia-noite, os Srs. Motta Filho e Horácio Lafer.

A rotina desse clima celerado da cadeira de Gonzaga, como não poderia deixar de corresponder a Getúlio Vargas, alma de conspirador e tempera de subversivo, unha e carne com Gonzaga, e a fila dos endemoninhados que o sucederam na cadeira, da qual o vate mineiro é o patrono? As caldeiras de Pedro Botelho de Vargas, do satânico Vargas, do demônio Vargas são, portanto, inseparáveis da cédula de insubmissão civil e literária, armada nesta cadeira. Não são senão "outlaws", fora-da-lei, os ocupantes do posto do enamorado de Marília. Sento-me aqui, senhor presidente, tremendo, eu que me considero uma coluna da ordem, um amigo da legalidade. "Care, never extreme care", dizia Brummel. Mas eu, pelo contrário, estou tomando cautelas excepcionais, ao fixar os precedentes que me legaram os antecessores.

Um benigno destino quiz, que me fizessem comendador, portanto condecorável, e, a seguir, que me visse induzido, por um secreto e ambicioso instinto, a bater as portas da Academia, a declarar à companhia, que, sendo condecorável era, outrrossim, "academizável", na expressão banvilesca. Tende a segurança de que nunca fui inimigo da Academia ou dos acadêmicos. Mário Alencar, Miguel Couto, Alfredo Pujol, diziam

isso. Mas não puderam prová-lo. Fugi de maiores experiências com a Academia por entender que a uma sensibilidade de paraíbano não iam a vossa ordem e a vossa disciplina. Eis tudo. Pensavam aqueles amigos que Capistrano e Pedro Lessa não me queriam ver acadêmico. Também não é verdade. É certo que ambos falavam mal da Academia para mim e para o público em geral. Diante, porém, de quem poderia deter-se a veia de polemista daquelas dois temperamentos de provocadores, daquelas línguas venenosas que Satanás para aqui despachou, como embaixadores do Inferno na Terra?

Confere-me a Academia a maior de todas as honras e a mais cara de todas as glórias. Quando se recebe na Companhia um parântico como o Professor Aníbal Freire, ganha-se uma graça. Foste conigo infalíveis, infalíveis e divinos. Pois a graça não é um dom celeste? Há quarenta e quatro anos, o Professor Aníbal Freire tinha duas cadeiras em Recife: a cadeira de professor da Faculdade de Direito e o posto de diretor do "Diário de Pernambuco". Uma e outra ele as exercia com um talento irresistível e uma atração e uma tempeira de caráter raros. Foi difícil dizer qual era maior, se o jornalista ou o mestre de direito administrativo e de economia política, pois de tal forma consumada era a sua vocação para ambas as tarefas. Em 1911, na Câmara Federal, surgiu uma revelação que Carlos Peixoto me declarou, foi a maior do seu tempo. Nasceu nesta cidade, um parlamentar com a allure, a cultura do espírito, a técnica de oratória, a segurança na tribuna, o gôsto pela liberdade, que o inspiraram emular com os mais completos que tem tido o país, ao serviço das instituições livres. Depois, ministro da Fazenda que trouxe a libra esterlina a 21 cruzeiros, juiz da Suprema Corte, com votos luminosos, diretor do "O Jornal do Brasil", a carreira do nosso mestre Professor Aníbal Freire é uma tão vigorosa marcha para a imortalidade que, quando a Companhia chancela o voto coletivo, já repousava ele no seio amável dos deuses.

Escolhestes para suceder o fundador do Estado Novo um antigo professor de Direito Romano e um propagandista das instituições representativas. Foste, nessa linha de conduta, fiéis à memória de Getúlio Vargas. Como ele, seguieste a regra dos contrastes.

Acredito que a Academia me elegeu como quem busca uma natureza de equilíbrio para trair o demônio que há mais de cinqüenta anos ronda esta cadeira. De quantos pecados cometidos em minha longa carreira de jornalista, não me penitencio agora! Espero que a ordem, uma ordem objetiva, venha impor daí por diante, no posto que ocupo em vossa Companhia. A barulhenta memória dos que aqui se sentaram, será compensada por uma tranquilidade de lago sujo, à qual me vejo recolhido, na fraternidade das aspirações que comungo com a Academia e seus leais servidores. Tende a certeza de que trouxestes para o vosso grêmio uma índole da Regra do Método disposta a prescrever dos seus trabalhos, aqui dentro, como já fôr, o quanto não contribuir para acrecer o vosso catedral de fidelidade e de observância às leis da ciência, das instituições,

da vida, da sociedade e do céu. Está morto o último comprimido revolucionário Getúlio Vargas. O pecado original do conspirador Gonzaga foi resgatado. O mal cria o bem, digamos, em termos goetheanos.

Dêsses bem, recuperado, sou o primeiro beneficiário. Aqui que cai morto pelas próprias mãos, em virtude de um ideal, propício plano superior de espiritualização.

Aqui vim apenas para bosquejar o perfil de Vargas, esperando que outros tomem o tosco retrato de hoje, como ponto de partida para escrever os livros definitivos que, à luz de melhores observações e de outros ensinamentos, lhes deverão ser consagrados.

Se eu tivesse tempo, se os lazeres da minha faina de gerente de jornais rádios, revistas televisão, fazendas agrícolas com as suas técnicas tão diversas e as suas formas de atividades intelectuais e sociais tão variadas tentaria dois livros: um sobre a Escola do Recife, com o seu germanismo presunçoso e as suas gaforinhas desabridas, e outro sobre os dois consulados de Vargas — o que vem de 30 a 45, e o outro que parte de 51 e se supera em 54.

Estas páginas, senhor presidente, foram escritas quase todas na Riviera. O resto compus em Dakar e no Rio. Andei por três continentes para interpretar o último, dono desta cadeira. Fui a Nice respirar o clara ozona da atmosfera mediterrânea. Não seria possível tratar de um barbáro. Filho também daquela mar de tão fina espiritualidade ser ver Ulisses. E eu fui ver Ulisses, o companheiro inseparável, diquêles que exercem o seu "metier d'roi" com a virtuosidade do equilibrista helênico.

Não era Vargas sómente a América Latina e a Rússia, Minas e o Rio Grande. Seu tacto, a sua finura, as suas manobras, a sua solerça de coto, a sua sedução o identificam muito com o Rei de Itaca.

Seu charme, o charme que emanava da sua pessoa era irresistível. Quando queria, era-lhe fácil envolver nos dos eflúvios da sua sedução e abusar-nos. Em outros, o poder de fascinar exigiria um jogo mais artificial. Nele não havia um esforço de amabilidade, senão aquela elegante volubilidade que punha nas conversas, ora terindo um ponteira ora outro, conforme aquêles que faziam a sua reça.

Vargas é o sei mais estranho e sobre-humano que teve até hoje a galeria dos homens de governo latino-americano. Com ele nos poderemos permitir a muitas combinações. Armando Salles já preso, no Rio, em casa, em 37, sustentava na noite do 18 de Brumário Getúlio, perante mim, uma opinião que ele nunca mais negaria: "Vargas é um homem inteligente". O vencido reconhecia no verdugo da sua causa a juventude intelectual que daria dimanha. Vargas tinha o Pedro II e de Floriano; de Sarmiento e de Facundo; de Mauá e das forças telúricas do inílio ciumento, que olha de través o branco civilizado. É tolerante e intolerante: gosta dos ricos e dos pobres, e, fazendo política socialista, não tem inconveniente de frequentar os ricos e de sentar-se à mesa dêles, a fim de melhor experimentar a técnica do demoli-los. Enxadioso e placido,

enganava o que lhe tomava a gordura como indicativo do bona-cheinão. Epicaçado, o gênio cavalheiresco do pampa arremetia com fúria de javali.

Fixe-se bem este traço da índole de Vargas: ele era um emotivo, um sentimental, sujeito a cóleras súbitas, como nós outros. Sómente que sabia dominar-se. Não explodia, porque se refreava, calando. Uma noite, disse-me no Guanabara, em 34:

— Estes gauchos aqui chegam e desabafam, dizendo impertinências. Depois, vão-se embora, e eu fico de noite sozinho, com um "corno na boca". Esta é uma expressão gaucha.

Para estudá-lo um décimo, é preciso tê-lo praticado, como o praticou exaustivamente, todos os dias quase, entre 24 e 27; e menos para continuar a encontrá-lo a personalidade mais rica de contrastes, o maior diferenciado, dentro do seu próprio quadro pessoal, que se pode imaginar. Falando de Getúlio Vargas é indispensável tanto sair do Brasil como mergulhar no Brasil; ter os pés em nossa terra, como perlustrar a dos outros, encadeando-o tanto na própria vida quanto na daquele criaturas, com as quais conviveu, desde a mocidade e que guardaram sinais indeleveis em sua individualidade, do seu contacto pelo resto da existência a fóra.

Vargas aparece no cenário do Brasil em um momento de rebeldia geral do mundo. Vinham os laboristas de terminar a sua primeira experiência na Inglaterra, fazia pouco mais de um quinquênio. Roosevelt viria, em 33, revolucionar a estrutura econômica dos Estados Unidos, martelando-lhe o capitalismo industrial com uma truculência só comparável a dos russos soviéticos. Na Espanha, os republicanos terão deposto o rei Hitler e Mussolini desafiam: um e outro governo de massas, com ideologias populares. O Khan tártaro Stalin, insistia em debilitar a sociedade Capitalista no quadro selvagem da escravidão russa...

Um provinciano da fronteira gaucho-argentina, surge deposto a quebrar o tipo clássico dos presidentes mineiros e paulistas. Recusava-se ser liberal e tampouco democrático. Vinha decidido a estrangular os reacionários. Tinha o espírito malicioso de um Voltaire e agia em política com o sadismo aristocrático de Cesar Borgia. O golpe político de 37 é um fragmento do "Bellissimo Engano", de Sinagaglia. Afetava maneiras de viver, de sentir, de reagir inéditas no panorama político do país. Misto das duas paisagens, a quixotesca e a do escudeiro, soberbo e humilde, anjo e demônio, Vargas mostra desde logo que tinhamos de emigrar do clima paulista e mineiro que até então se respirava no Catete. Solitário, introvertido, impenetrável, vivendo dentro de si mesmo, suas duas instâncias, a primeira e a última, eram Deus. Criou, para isolá-lo, defesas naturais, que lhe dariam a configuração de um oceano-oriental. Viu-se, ao cabo de certo tempo, que o pampa intérmino, com a sua monotonia de steppe siberiana, principiava no Fiamengo.

A Rússia aparece igualmente com ele, na forma de uma legislação obreira avançada, como também fragmentos de Byzâncio, na sua finura, na sua casuística, na sua furberia para despedaçar cer-

tos postulados de ordem e de lei a cabo, no impeto de um Sturz und Drang, para nós, desconhecido.

Ao lado disto, um europeu, dotado de rígido senso das causas. Com o vago, o impregno de certas inovações, o leade: novo deramava tesouros de "sachilickeit". Era claro, objetivo, místico e lamentar.

Quando redigi "O Monstro", a única criatura deste país que não se impressionou com o artigo foi ele. Disse a amigos que o havíamos escrito juntos, em Ponta Grossa, e era a verdade. Toda a matéria prima da sua contracuração em Porto Alegre, ao lado daqueles dois querubins, o general Gil de Aimeida e o general João Simplicio, seria dela e ele mais ninguém, que não fornecera dentro do seu trem de campanha, no Paraná, Getúlio Vargas logo enxergaria, desde o primeiro instante, que "O Monstro" era dirigido contra o seu ministro Oswaldo Aranha, para abater o poder político momentâneo desse caudilho, é, piso facto, diminuir a pressão das pequenas patentes subordinadas ao outubrismo, no seu governo, contra nós que fôramos a parte civil da jornada. Era preciso dar um banho turco em Oswaldo Aranha para tirar-lhe substância, que ele estava politicamente gordo e vacado. Levarmo-lo a um banho de 39 graus. Vargas achou esplêndida a idéia. Até porque no dia seguinte ao da publicação de "O Monstro", toda gente ficou satisfeita por constatar que ele não viera a reboque de ninguém, para derrubar a República Velha. Era Vargas um gênio de iniciativa como Aranha.

Mas "O Monstro" encerra uma novidade para Vargas, traz um mistério que ele busca, por todo preço, desvendá-lo. E para isso me convidaria, matto ou cinco dias depois, a uma visita ao Catete. Quem contou ao autor que ele fôra o espírito mais imbuído de Nietzsche no Rio Grande do Sul? Ao esquivar-me de lhe revelar a fonte, insistiu, brando, mas firme. Eu lhe disse: o gal. Flores da Cunha. — "Pensei que fôsse o João Neves, o Color ou o Mauricio", replicou. Efectivamente será visível por todos os aspectos a influência do filósofo germânico em sua formação política.

as suas ações santas, de apóstolo social e as faculdades malditas de cemônio político do seu tempo.

A Academia irá permitir que eu não tente a insensatez de desumanizar Vargas. O seu inumano é que é a delicia das delícias. Aquele que sucumbe a uma tentação, só lograria amputá-lo gestos do homem superior, com Desastre fôra tentar definir natureza da opulência espiritual de Vargas num conceito qualquer por mais largo que fôsse. A nossa geração e quicá a futura, se haverão apenas ao mister de assistir e diminuir-l-o. O que há de se tirar à decantação dos atos e do dador em Vargas é precisamente o bárbaro. Impõem-nos desse modo trátil-o o culto da inteligência, o respeito da razão e a fuga a paradoxo. Ele não é anjo nem fera racional ou irracional, mau nem bom, tolerante nem intollerante. Considerada a ordem de valores em que o deveremos situar, Vargas é o caso de itelectualismo mais atrevido que ainda viu o cenário político e espiritual do Brasil, no hedonismo brutal das suas preocupações, e na vul-

garidade da "table d'hôte" dos seus manjares habituais.

A riqueza de Vargas é que não havia um só Vargas. Há variados, específicos e numerosos Vargas e cada qual com a sua psicologia, a sua consciência as sua peculiaridades, vivendo numa vida a parte e com a intuição perfeita das suas relações próprias com os homens e as coisas. Ele foi prestar contas ao Eterno, levando a maior soma de indivíduos que ainda se justapuseram numa só pessoa, a cada qual tocado de raízes as mais repercutíveis, neste universo de fícções e de sonhos, dentro do qual construínmos pontes, pilares, nuvens e talagarcas.

Porque Vargas trabalhou com toda sorte de matérias primas: desde as pedras preciosas até o granito bruto.

Quando se trata de Vargas, o que será preciso identificar nêle antes de tudo será o político.

O político cujo conteúdo é o caudilho-caudilho no sentido espanhol da palavra, na acepção em que a emprega o General Franco.

Sei que falo para uma Suprema Corte da Inteligência. Todos aqui entenderam o que quero dizer quando ofereço de um homem como Vargas, um depoimento desse. Conhece a História civil do Brasil outras figuras desse tom. Que são os Andrade por exemplo, se não uma geração de caudilhos em constantes tropelias? Os Andrade foram os indivíduos mais facciosos do seu tempo. José Bonifácio pedia que se aplicasse contra Ledo a "lei marcial". O caudilhismo tem uma bela contribuição paulista. A torrente vem desde o I Século com Gurgel do Amaral e outros cabecilhas, desembocando no Rio-Rar dos Andrade, que foram os gauchos do seu tempo, no Brasil da Minoridade da República.

Os Andrade, a partir da geração de José Bonifácio e Martim Francisco, são uma mesticagem irlandesa. Os sinterineris. Os Leary acabam em Antônio Carlos, que incorpora em 1929 os imponentes subversivos do Rio Grande ao Thibet mineiro. O Rio Grande do Sul, em nupcias com Minas Gerais para desencadear uma revolução. Só um caudilho irlandês seria capaz disto e as mistura demoníaca do sangue dos Andrade com o dos gauchos da Ilha Verde é que produziu a aliança híbrida.

A política, em Vargas, era uma plenitude, a sublimação da sua natureza. Poucos sabiam que aquele temperamento silencioso não agia ostensivamente. Era um internizado da ação, um dinâmico inesgotável, mas tudo isso por debaixo do lençol submerso. Quando vinha à tona dágua o grande anfíbio, era só para ver o céu, as estrelas e mergulhar de novo. Procurava guardar a todo momento, diante de amigos e inimigos, a nobreza da linha. Agia pessoalmente o minimo. Gostava de se exprimir e de se interessar, através dos outros. Adorava o próprio silêncio, que era suntuoso como um fundo dágua de coral marinho. Sacudido pelas tempestuosas aventuras da sua carreira, na face não se lhe estampava uma crise, vinda de dentro, da alma atormentada. Conforto, apoio, o que nina o coração do homem na luta, e que lhe assegura a vitória, ele buscava em si mesmo, nas suas memórias re-

ções íntimas, na sua serena impenetrabilidade.

Getúlio Vargas mexia tanto com a política, trabalhava-a de tal forma que dela se podia dizer que, em suas mãos e na sua técnica, era quase bruxaria, ou caos ou "shaden freud", sadismo, no trato dispensado às suas vítimas, às vítimas do seu trabalho a todo vapor.

Desde que enceta a luta contra os políticos (mas com eles convivendo sempre, e adorando essa convivência porque o toque profundo da sua alma era a política) Vargas entra a falar como se subisse ao "último rochedo drúdico". Mas o que acontecia era que o dríada era um misto de sacerdote e de feiticeiro. O sacerdote exorcisava os demônios responsáveis pelas assombrações populares, pelas tempestades coletivas, pelas calamidades sociais, dando sinal de combate aos gênios do mal, devorado ele mesmo pelo voto de castidade cívica, que fizera no serviço ao povo. Mas o bruxo não andava muito longe do personagem celeste, e em sua conjunção diabólica os dois perpetravam colas infernais, de um interesse dramático e passional, que saltava a olhos nus. Até porque Vargas (era visível nas suas ações) amava o pecado, adorava o maravilhoso do pecado, e punha no Olimpo que criara, com os seus deuses, os deuses da salvação do povo, os numes tutelares das massas, igualmente o pecador, isto é, o reacionário. Até porque a sua convivência era com toda a Arca de Noé. Eis o que é o Olimpo dêste Júpiter: — uma corte de anjos vestidos de branco, alados, e outros mercuriais como ele mesmo, ainda esperando a conversão, sem embargo, do monstro chamá-los a todos e a cada um, ternamente, meu filho.

Embora servindo-se muito e a todo tempo dos políticos, Vargas não acreditava neles, não faz fê-nesse gente. Sua massa de manobra para as construções políticas que arquiteta, são povo e Classes Armadas. Nelas se refugiara, desde 1930, para preparar e desencadear a revolução. Governa até antes da revolução de 9 de Julho com as forças militares, sobretudo as da Linha. Depois de 1935, se lança novamente nos braços, ou melhor, nos sabres e nas espadas dêles, para tirar o seu período de governo; e, quando o quadriênio está por terminar, aparece com o figurino do Estado Novo, que será o Estado Forte. Dêsses, permaneceu prisioneiro até à morte: cativeiro da sua glória até o dia em que se abateu com as próprias mãos. Um chefe e o oceano popular para dentro dêle mergulhar, tal o sonho violentamente sonhado, que o acalentou, e ao qual guardará fidelidade, a sua indefectível fidelidade, até o instante supremo.

A história haverá de fazer a Vargas, que era um homem excepcional, esta escusa: que onde quer que ele surgiu, foi onde os democratas fizeram fracassar a pureza da ordem democrática, foi onde os republicanos frustraram o regime, por atos de imprudência e de irreflexão. Sua aparição prodigiosa em 30, fixa o desastre e a ruína da democracia liberal, instalada pela revolução-positivista-militar de 89. E eliminatórias dos partidos democráticos, pela inaptidão dos seus líderes para realizarem as instituições representativas. Em 37 como em 51, os democratas liberais se dividiram: dividiram-se para deixar passar o

político esperto, ágil, que vive da sucessão dêsses.

Uma tese que sustento acerca de Vargas, é que ele, na ação política para subir e sustentarse, fez muito menos por si quanto os adversários obraram por ele. Viu menos do que fez daquilo que fizeram os que supunham combate-lo enfrentando-o. Como o empurravam para a frente os desastres e os fracassos dos adversários. Que inimigos políticos perfeitos não lhe arranjava o destino amigo. Como eram generosas e camaradas com ele, os que, pensando que lhe faziam mal, o que logravam era ajudá-lo, era alargar-lhe a área da sua superfície de poder. Muitas vezes, pouco ou nada se mexia. Os adversários é que se movimentavam a fim de lhe darem cartas e trunfos de espadas, paus e ouros.

Um inexorável homem de ação, homem de ação em todos os sentidos (mesmo quando fingia que estava quieto, ou que estava morto) Vargas gostava muito de se omitir aparentemente, para não dar a sensação de que ia servir-se dos meios diretos, ou para não chamar a atenção, com os quais trabalhava igualmente.

Em 1937, depois do golpe do pequeno Brutus mineiro, recua para o fundo do cenário. Desiste, sem qualquer combatividade inteligível, pensar de reacender o trabalho para o esforço de ficar. Certo dia, um companheiro gaúcho vem lhe pedir ordens. — "Fazermos-nos de mortos, é a ordem de serviço", responde. Até 10 de Novembro toda a sua atividade se passa no subterrâneo dos conspiradores e no porão das casernas, com os oficiais com quem elaborava os planos do golpe de Estado.

Vargas acertava sempre? Só teria errado à última hora, em 45 e 54?

Os êrros de Getúlio Vargas, os grandes êrros que perpetrava no julgamento do Brasil, resultavam disto: que ele era um homem de fé; que ele tinha a fé infusa do místico, e isto sendo em espírito de claridade meridiana. Ora, nação de substância mais metafísica do que a fé, sobretudo quando ela adere ao pensamento de um homem de combate, o qual recusa os dados da experiência das indoles positivas, para se lançar ao que a sua intuição o faz adivinhar. No fundo, porém, a sua tendência é para seguir os homens de fantasia, os que jogam com palavras abstratas, maior conteúdo. E foi a fantasia, que o perderia em 45 e 54. Isolado, cercado por conselheiros de visão limitada, quase sem contacto com o mundo exterior, faltaram-lhe os artistas com que sempre jogou, para dar as sortes inimitáveis dos seus grandes dias de triunfo.

Só o real é contraditório. Vargas era o real, e daí a sua resistência às sínteses, que não passam de construções lógicas. Nunca teve, nem o quis programas, postulados ou doutrinas. Foi toda a vida um intérprete fluido da vida e dos acontecimentos, sem constantes nem dogmas. Evitava afirmar. Furtava-se a apoiar. Lamentava até ter que falar. A sua linguagem era a do silêncio, criador dos enigmas, das esfinges, dos equívocos, das situações contraditórias, que tanto apreciava. Uma vez me afirmou: "Gosto de ti quando as nossas teses coincidem, porque me adivinhas. Prefiro não dizer o que penso. Gosto que se interpretem". Isto explica a independência de Vargas diante dos sacerdotes, dos grupos políticos, dos

quadros coletivos; a sua incapacidade para neles se integrar, sobretudo se se tratava daqueles de política interna.

Vargas nunca quis se engajar em qualquer sistema internacional a não ser, mesmo com restrições, o panamericano. Ele entendia um "casus belli" consigo com o Brasil, nunca com outro país, que o obrigasse a bater-se, tomando conhecimento das linhas de força da estratégia do Atlântico. Quando os americanos nos ofereceram, no seu governo, 67 milhões de dólares de armamentos, a posse desse material o deixaria frio. Ele não queria passar por um governo militarmente marshalizado, e por isso consentiu que o seu ministro da Guerra jogasse as cristas com o outro do Exterior. O lobo da steppe o inquietava menos que o urso velho do Norte.

A alma contraditória e a aterradora de Vargas se comprazia na quantidade das tendências que o dilaceravam intimamente, dando-lhe modos de pensar e de sentir complexos. Ele é, por exemplo, um gaúcho tradicional, enquadrado perfeitamente nas suas fronteiras políticas e morais, e distante, como em muita gente do nosso interior, da maioria dos países atlânticos.

Agora, a outra face da medaína: este rude, capitão da indústria das revoluções, este fabricante ou condensador de crises políticas, este perito em situações subversivas, era um dos engenhos mais sutis e ageis que conhecemos. Dentro dêle havia o limite das duas naturezas que se chocavam: a do criador de etapas revolucionárias, em grande estilo, do chefe das duas jornadas de 30 e 37; e a finura e o espírito fugidios do florentino, que jogava com a lâmina abotada, escondendo o jongo ao adversário, até a hora de desfilar o golpe mortal. Nenhum outro homem, exerceu no Brasil a arte da política com a destreza, os filtros, o estilo sulfuroso, os sortilégiros e o éxito de Getúlio Vargas. Com que simplicidade ática sabia ele redigir.

Era o escritor em Vargas mais outro contraste com a agressividade da sua razão de Estado, com a estrutura de autoridade da sua conduta política, com os dogmas radicais que agitava, para não vivê-los, muitas vezes, mas que não deixavam de ser dogmas nas suas cartas políticas e nas suas aranhas de "meneur" de massas. Como eram medidos, claros, harmónicos os seus dons de expressão. Via-se, desde logo, quando redigia (e eu o vi escrever algumas poucas vezes, faz trinta e tantos anos) que era uma indole de cultura, que o seu espírito literário se abeberava em mananciais ricos, em cachoeiras de um lírismo generoso. Tinha uma prosa castigada. Corrigia o que ditava ou o que redigia, mais de uma vez. De sangue ibérico, fugia, entretanto a toda forma de gangorismo, de linguagem derramada. Era preciso, elegante, sobretudo, mesmo e proporcionado. Seu estilo de escritor se apresentava o oposto daquele dos homens públicos gaúchos da sua geração. Era usurário de adjetivos. Sabia podar a crespa vegetação da nossa oratória. A respeito de ser um caudilho de revoluções, seus manifestos eram vasados num metal de linha de compostura, que fazia como que o contrapêso do radicalismo das idéias subversivas do sanguinho programa revolucionário.

Diziam-no egoista. Qual o chefe que não é condenado a ser egoista, a dar-se pouco, muito pouco aos companheiros, para jogar tudo na causa? Não há criatura menos livre diante dos que

o seguem quando o que comanda. Que custava a Getúlio estrangular o liberal Osvaldo Aranha em 43, se esse tagarela fulgurante lhe advogava a morte do Estado Novo todo o dia, violando a censura do governo?

Como é belo o infanticídio que perpetrava em 53, de cinco recém-nascidos do seu Ministério de 51. Ele não tem outra saída senão marchar para o sacrifício desses filhos adorados, mas que se emburguesaram demais para participar do novo Ministério, de medula social, que ele estava disposto a organizar. Como enquadrar os Senhores Horacio Lafer e Simões Filho dentro de um quadro ministerial de esquerda. As linhas burguesas dêles eram a sua perdição infalível.

Em 1930, quando quase dissolveu o Supremo Tribunal Federal, todo o mundo se pôs a indagar. Quem seria o autor secreto daquele golpe? Juarez Távora? Góis Monteiro? Ninguém. Ele, só ele, e mais ninguém. No Paraná, já anunciaava as providências duras que se dispunha a tomar com relação à ordem de coisas existente, sem maior atenção por compromissos do Rio Grande, que se recusava a acatar.

Muita gente foi julgada responsável por atos de extremo rigor praticados por ele, no primeiro governo provisório. Entretanto, o autor dessas medida era ele, ele e só ele.

Foi o último senhor de escravos dêste país. Tinha uma Casa Grande e um pátio, onde juntava os seus "pretos", os pretos de estimativa, da sua Irmandade de Rosário e os quais também não dispensavam. Poderiam os pretos zangar-se com ele, mas ele nunca despediu para sempre, um só dêles. Góis Monteiro, Osvaldo Aranha, João Neves, Juarez Magalhães, Alexandre Marcondes, Benedito Valadares, Lúzardo, Gustavo Capanema, e por que me excluir? eu também, todos, fazíamos parte da sua família. Quando um se ia embora, amuado, batendo a porta, ele não desesperava da volta.

Não era possível a um "negro" dêle, viver longe do seu aconchego, por muito tempo. Ele tinha saudades dos seus pretos e os pretos dêle. O general Góis e o Senhor Osvaldo Aranha choravam, com os olhos enxutos, a saudade da sua companhia. Depois da revolução comunista, em 36 uma tarde chamou-me. Falou do nosso confrade João Neves e de Baptista Louzardo, com uma tal ternura que eu senti que o que ele queria comigo era fazer a ponte que os deveria trazer a casa, onde os dois faziam falta. E ambos os filhos pródigos volveram.

Um dia, o Cornel McCormick, o famoso isolacionista dos lagos, interrogou-me em Nova York: — "Como é Vargas?" E eu lhe respondi: — "Seu irmão; sua alma mais fraternal, neste hemisfério. Ignora, ou finge que ignora, como o Senhor, o Atlântico e o Pacífico. Anuncia, como o Senhor do "Chicago Tribune" o junkerprussiano e o mujik slavo. Seu fuso político será o do Paraguai, o do Equador, o da Argentina, o do México. O hemisfério para ele é o continente do "forró" do índio. Só entende, só quer entender da nossa política internacional, deis dados a la-custra e a fluvial.

Mas como esta criatura em cuja alma passavam todas as forças

elementares do gaucho, do "terrien" gaúcho, sonha e age em termos de industrialização para o Brasil. Seu eixo paulista, será o mais rijo, da sua natureza. Através desse eixo o que ele falava com os paulistas a linguagem da civilização da máquina a vapor bandeirante.

Não encontro aspecto de educação política de Vargas mais curioso do que este. Observasse que ele jamais entra em crise com o homem da indústria de São Paulo. Pense-se que nunca tocou nem consentiu que se tocassem na substância das tarifas aduaneiras que protegem o parque industrial de São Paulo e do Rio.

Que levava Vargas a tomar por S. Paulo interesse que ele não tinha igual por nenhuma outra unidade brasileira? Apenas a civilização da máquina. Na carta de progresso da nação, São Paulo, a seu ver tinha o primeiro lugar. E' que ali se implantara a civilização da máquina a vapor, e ele reputava, a máquina industrial o instrumento da nossa emancipação econômica, a trincheira dentro da qual iríamos pelejar contra os imperialismos do outro lado do mar.

Pelo obstinado nacionalismo político e econômico, que o devorava, Getúlio Vargas revestia essa singular capacidade de contacto para tratar com as indústrias de São Paulo. O fermento jacobino lhe dava pontes para entender a industrialização, muitas vezes "à rebours" do Brasil. Ele olhava no equipamento dos homens da manufatura paulista e carioca, o instrumental emancipador desta terra, posto nas mãos de super-brasileiros, que era precisa proteger, para que eles exercessem a sua missão redentora.

O veneno do hiper-nacionalismo brasileiro traz dentro de si o fator da sua própria morte. Ainda não se capacitaram os nossos compatriotas de que a derrota do Japão, da Alemanha e da Itália nacionalistas, com o advento do plano Marshall significa o fim do nacionalismo na era internacional em que vivemos. quando os russos, vermelhos da União Soviética, - onde viveram trinta e oito anos para ir visitar os Estados Unidos e ali aprender as coisas maravilhosas da cultura ocidental.

Hoje, no quadro da atualidade, os maiores professores públicos da internacionalização das duas civilizações, de Leste e Oeste, são os russos soviéticos. Brasileiros: sigamos os russos, e os bem vermelinhos.

Vargas sentia pouco a Europa e menos os Estados Unidos. Pode-se considerar seu longo consulado um período de guerra, fria, de especulações ora acadêmicas, ora doutrinárias, ora ideológicas contra as potências colonizadoras. Ele jamais teria feito a guerra contra a Alemanha se não surgisse o acidente do Rio Real. Ele não é um beligerantemente fora do Brasil, um tendor ao lado das grandes potências democráticas da Europa, da Ásia e do hemisfério, para tomar parte por um contra outros. A amplificação especial da luta pelos submarinos, alemães, no Atlântico, o levaria, à força, à contenda, num conflito que não é o seu, nem que julga seja do Brasil. Ao contrário, deseja ver minadas pela ação da guerra, reciprocamente, as for-

ças dos países "imperialistas", no conflito planetário, porque está seguro que desse choque só os neutros emergirão fortes. A querela entre os grandes, podendo cair dessa querela a sovietização do mundo, não o inquieta

"A Rússia está longe -- disse-me certa vez -- e os conquistadores brancos do ocidente andam aqui dentro de casa ou rondam lá fora querendo entrar".

Permanece nas Nações Unidas, com mil e uma cautela. Falei-lhe uma, duas três vezes a respeito das bases aéreas e navais interamericanas. A sua reação era uma sá. Não que repelisse os cubanos, os argentinos nem os colombianos aqui dentro. A suspeita que o mordia abrangia o irmão mais forte.

Em um mundo de solidariedade crescente e de interdependência cada vez maior -- o que é cada vez maior -- o que se revelou ainda mais positivo no segundo conflito Mundial -- o Brasil deliberava insistir em manter-se isolado, e isto à medida que o seu nível de vida se deteriorava pela escassez de divisas, o que quer dizer pela escassez de produção exportável. O plano Marshall e seus satélites anteriores e posteriores permitiram à Europa reembolsar as dívidas de guerra, emprestar dinheiro aos seus domínios extra-europeus e neles investir outros recursos.

Campos Sales, Rodrigues Alves, Rio Branco, Afonso Pena, Ruy Barbosa, Wenceslau Braz colocaram o centro de gravidade política e moral do Brasil no nosso capital de relações com as duas metrópoles, das quais depende a sua segurança no Atlântico: Washington e Londres, ou seja no "british sea power" e no poder político e militar da América. Insular servido de um ideal nacional egoísta, penetrado de um melindre de bugre da sua maloca, Vargas se dispunha a marcha para a civilização por conta própria, desprendido de qualquer bloco. Forçado, por circunstâncias alheias à sua vontade, soldou a sorte do Brasil com a dos Estados Unidos e as democracias do Ocidente. A amigos gaúchos com quem conversa, entre 39 e 42, repetirá a frase de Nilo Peçanha: "Não tirarei um só filho aos braços de sua mãe para lançá-los aos lares de uma guerra, que não é nossa". E em Petrópolis, dando-me a ler a pasta da correspondência com ele, o General Leitão de Carvalho, então delegado do Brasil no Comitê de Defesa do Continente em Washington, declarou-me uma tarde:

"Separei para tu leres esta correspondência. E', acréscimo da TUA guerra. Frizou o possessivo. Mas de uma vez, aludi em conversa comigo a "impertinência" da campanha dos "associados" em favor da beligerância ativa" do Brasil. Reagia contra os nossos rumos internacionais por entender que elas contradiziam com os interesses gerais específicos do país.

"Tu queres generalizar a guerra, e eu estou decidido a limitá-la". Recusava-se a admitir que guerra, como choque armado passasse no hemisfério além dos Estados Unidos. Não tendo nela um papel essencial e desempenhar, melhor fôra que nos desassociássemos do quadro da luta no terreno da beligerância.

Aspirava ver a América evoluindo, na guerra, dentro de uma atmosfera própria. Queria subtrair o Brasil ao ato de presença nos campos da luta, onde o seu espírito só alcançava desgaste dos velhos imperialismos europeus. Não o tentavam as atrações extra-continentais. E, quando, lhe falávamos da unidade da bacia atlântica, não enxergava aí mais do que uma aventura que era indispensável evitar. E' que desfraldaya, alto e petulante, a bandeira da independência nacional, como ele a entendia. Germens e seiva da nossa vida eram de outra substância. A tensão europeia era outra coisa, na miragem de um universo, que ele se astinha de identificar como sendo nosso também.

Operando a anátomo-psicológia de Vargas, tenho a certeza de que ele gostaria de se ver tratado com o realismo com que me dispus a ferir os aspectos apenas de quatro ou cinco Vargas, o que não é nada no vergel opulento do milionário de personalidades que ele era.

Todo o problema para o estudo de Vargas resulta do embarço da escolha. Qual deles? Os Vargas não são um dois, nem dez. São numerosos, ou, se quiserdes, numerosíssimos. Eu poderia enumerar hoje aqui duzentos, quinhentos Getúlio Vargas, e a lista não estaria esgotada. Era-lhe grato fazer a figura do "enfant terrible", no meio dessa maioria inorgânica de descontentes e de incontentáveis, que são as tabas políticas brasileiras, onde o que predomina é o erotismo das paixões pessoais e dos interesses particulares.

Um dia sustentei para o meu colega Sr. Alexandre Marcondes Filho que Vargas havia escrito a maior parte da história do Brasil pelo avesso. Ele detestava as Jornalistas, os caminhos conhecidos, as estradas já palmilhadas. A sua atração andava pelo desconhecido, pelo imprevisto, pelo nebuloso. Era impiedoso consigo mesmo, antes de o ser com os outros. Esfalfava-se. Fazia o pionerismo. O que quer dizer que era um desbravador, pagando o alto preço pelo qual o mateiro retribui a audácia da sua invasão sózinho na selva. Uma sua especialidade era atingir os mesmos resultados por caminhos obviou, desconhecidos, que outros haviam alcançado por estrada conhecidas, que não lhe interessavam.

Tinha duas peças de fazer política, das quais não se separava: uma câmara de bombos turcos e uma cadeira na qual cortava cabeleira de Sansões. Não admitia político importante, apoquentando-lhe a vida, com o seu prestígio. Levava-o à cabine de banho turco para tirar-lhe peso. Tirou dezenas de quilos aos nossos confrades João Neves, Oswaldo Aranha e Mamedo Soares. Não aparecia um Sansão, que não lhe cortasse a cabeleira, risonho, inefável em sua cadeira de Figaro.

Era o General Flores da Cunha a maior cabeleira de Sansão que ainda teve, com o Sr. Borges de Medeiros, o Rio Grande, neste meio século. Ele cortou a do primeiro em 27, e a do segundo em 32, com duas navalhadas. Em 1931 abatida, uma instalação mais que secular do Rio Grande: os provisórios. Na batalha de Passo do Rosário lá estão eles. Passa-os a fio de espada, sem dar um tiro, em Novembro de 37. Ocupa o Rio Grande do Sul, na-

quele ano, para exterminar a maior força do bairrismo político dos gaúchos, depois da Brigada Militar.

Outra das suas armas políticas prediletas era a apatia pela sorte dos amigos. O amigo é, em política, uma calamidade, ao lado de uma complicação dos mil demônios. Para manobrar seguro em política, é indispensável organizar entreveros de amigos e inimigos, o chefe extraindo os sucos de um desgaste, que de certos amigos até bom. A amizade na política dá para liquidar um chefe. O amigo era para ele o aspargo chupado. Seu apetite ao que se dignunha era mascar novos aspargos, aspargos verdes, o que quer dizer entrar pela seara dos inimigos para seduzi-los e trazê-los ao seu bivacuque, como botins de guerra. Na vida o interessava a caça e a caça se faz é ao bicho selvagem, que corre do homem, Ioco o inimigo. O inimigo que passa a ser amigo cessa de ser útil. Capitulou. Não haverá mais interesse em cultivá-lo. Acabou a caçada. Esta finda a partida esportiva. O que é preciso é ir buscar sempre inimigos para massacrá-los com o nosso amor e a nossa piedade por elas.

Uma tarde, em São Paulo, Vargas, passando com o Sr. Cândido Mota Filho pela rua 25 de Marco, vê este letreiro de um alfaiate:

— Viram-se roupas pelo avesso. Para um minutos, e depois explica ao companheiro:

— "Mota, é o que venho fazendo há 24 anos com a história do Brasil".

Com efeito, era uma das suas satisfações virar pelo avesso a história do país e o destino dos amigos.

Quereis um exemplo típico de como Vargas escrevia, de fato a sua e a nossa história pelo avesso? Em 1950, encetamos nos "Associados" jornais, rádios, televisão e revistas, a campanha pela ressurreição do seu prestígio. De acordo com ele, através de entendimentos com Salgado Filho, o nosso objetivo consistia em fazê-lo o grande eleito da jornada da sucessão. Ele mesmo me fazia saber, por Salgado e outras fontes, que resistia a tóda idéia de candidatar-se. Mas o público ignorava esse aspecto da nossa campanha de fortalecimento da legenda getuliana.

Era natural que viesse pedir para ajudá-lo o senador Kerginaldo Cavalcanti, nacionalista como ele o campeão das suas idéias de crescimento vegetativo do Brasil. Mas não foi isso o que aconteceu. Recebi vários pedidos para lhe dar publicidade gratuita, e esses pedidos eram de um espião, incessantemente surrado por ele nos seus negócios, e mais de um americano e dois israelitas. Pensemos nos sortiléjos, que Vargas não teria feito para obter que essas quatro vítimas suasssem por ele, a fim de revê-lo na presidência.

Tive com Vargas uma vida, a qual durou pouco mais de três décadas. Juntos fundamos em 27 a revista "O Cruzeiro". Ele levantou metade do capital, no Rio Grande do Sul por intermédio de um amigo comum, o coronel Mostardeiro Filho. Eu lhe havia pedido uma subscrição até duzentos e cinqüenta contos de ações, e ele formulou o pedido ao coronel Mostardeiro para quinhentos.

Alarmou-se o presidente do Banco da Província do Rio Grande do Sul com o tamanho da cifra. Efetivamente era ela desproporcionada para um Estado agro-pecuário, como o Rio Grande. Perguntou-me Mostardeiro se eu podia fazer à turca, o negócio pela metade. Nesse interim, no escritório de Mostardeiro, chamavam-me do Ministério da Fazenda. Era Vargas que me convocava à noite em sua residência. Antes que ele falasse, eu lhe disse: "Ministro eu só lhe havia solicitado a colocação, em Pôrto Alegre, de duzentos e cinqüenta contos. O senhor excedeu-se. Mostardeiro está inquieto com o astronômico da cifra, e propõe o que eu havia de fato imaginado como primeira "tranche" ilegalista.

"Seu" bobo, atalhou Vargas, ao banqueiro a gente pede sempre o duplo do que precisa para ele ficar no justo do que necessitamos".

Como vêem, há vinte e sete anos, Vargas já se exercitava triunfalmente no golpe. E por causa de um empreendimento dos "Diários Associados"!

Nossa vida sentimental, se não foi, à Machado de Assis, "um dramarhão cozido e facadas", resultou sempre numa comédia trabalhada a canivetadas.

Vargas tinha a volúpia de enganar, e daí as pequenas misérias conjugais, da nossa longa existência em comum.

Não pensei que escapei incólume aos copiosos banhos turcos em que ele cozinhava os companheiros do Rio Grande. Eu ia para a cabine, onde ferviam os vapores da água em ebulição, tal qual Lindoílo Collor, Osvaldo Aranha, João Neves, Flores da Cunha, debatendo-nos desesperado, para que a vizinhança soubesse que Vargas violentava o coração do amigo e lhe queimava o corpo e lhe derretia os untos.

Engana-se quem pensar que Getúlio Vargas com a natureza inquieta que o consumia por dentro, fosse um incidente, um abúlico ou um caçador de posições tranquilas na vida. O que não não representava virar a história de um país pelo avesso! O trabalho a que não se entregava o político e homem de governo que a uma tal tarefa se dedicava!

Getúlio Vargas não era a natureza da calma, da paz, da tranquilidade, como aparentava sua doce fisionomia. Por dentro, portanto o caldeirão lhe fervia. Nasceu espadachim, viveu polemista e morreu com o sentido gratuito, desinteressado e trágico da vida que deverá ter um bom cristão. O seu gosto épico do combate se repetiu nos duelos que, desde 1926, travava com o seu chefe, com o seu partido, procurando, cada dia, cada vez mais ganhar a independência no seio dele. Faz figura de um profeta do Velho Testamento, de um Elias, anuncianto em horas decisivas, as desgraças e as calamidades que estão sucedendo a nossa gente.

Uma tarde, saindo do Senado, eu lhe disse em Petrópolis, onde fui vê-lo:

O Senhor presidente, é um autêntico cristão brasileiro. A religião não tem crente mais perfeito. Entre o senhor e Cristo existe uma tocante fraternidade.

Tu estás nietzscheano hoje, retrucou ele com vivacidade. Porque sou pelos humildes, pelos

fracos, tu me identificas à Nietzsche, com o cristianismo.

Retruquel-lhe:

"Com efeito, estou à von Ihering, com o senhor de escravos romanos; que, dando sem vergastadas no cativo, será maior para o romanista alemão, que o mais sábio doutor da lei. O cristianismo tanto é a religião dos deserdados e dos vencidos, que o senhor não sai da órbita dele nem deles. Convoco-o a vir trabalhar conosco, e se convencerá como um Titã da sua força, com as suas virtudes viris, adotando a disciplina dos fortes, fará mais pelos fracos do que partilhando, vis-à-vis deles, uma moral de timidos, com as razões de viver escravo".

O historiador do futuro terá de reconhecer que os dois sports favoritos de Getúlio Vargas eram as conspirações e as revoluções. Nasceu e viveu para fazê-las, e, quando elas não vinham espontâneas, faziam-se de rogadas, provocava-as por ação ou omissão.

Ouça-me a ilustre Companhia.

Em 1937 toma conta do governo do Rio Grande. Quem o elegeu? o Sr. Borges de Medeiros com o Partido Republicano. Era dos usos do partido elaborar o secretário em cooperação com o chefe. Pois no dia da sua posse às 11 horas da manhã, manda a lista do seu secretariado ao chefe do Partido — a mesma lista que a "Federada" publicaria às 2 horas data tarde. Foi este o maior desafio para uma revolta imediata, dentro do Partido Republicano do Rio Grande, onde todo o poder era atribuído ao Sr. Borges e Medeiros.

Que é o temperamento brasileiro? O das natureza mais acomodativas que menos reagem, por mais falhas de combatividade.

Vargas é a todos os respeitos o anti-Brasil, o at-brasileiro como líder de cem batalhas que é e é. Nós somos uma gente de personalidade essencialmente passiva, um povo que suporta tudo, que engole tudo a mais a mais compassiva para padecer, sem ação a recursos extremos.

Autenticamente caudilho gloriosamente outlaw, fabricante ele mesmo de constituições, para desdobrar uma espetada legalidade constitucional, quando em sua consciência ou em sua vontade entendia resgatar os brasileiros de grilhões que o oprimiam, será dentro da perspectiva do "fora-da-lei" que podemos melhor compreender a psicologia de Vargas.

Em 1929, no último dia do ano João Pessoa, recém-chegado da Paraíba, telefonou pedindo-me encontro em nossa casa aqui no Rio.

Tenho a minha cheia de gente, dizia. Prefiro que todos saiam para ir ter a sua, lá para as 10 1/2 da noite".

Ele me conhecia os hábitos. Lá, foi ter à Avenida Atlântica, 574, para fazer esta confidência:

"Estou atônito. De todos os lados me chegam notícias contando a deserção de Getúlio Vargas da nossa causa".

Mas ele, o que lhe diz governador/ interroguei.

"Sobre a resistência a fazer ao poder federal diante da derrota de funcionário em nosso estado, me disse: por que não te armas?

Este conselho mostra que em dezembro de 1929 Vargas já cuidava de sair da legalidade, e caminhar para um plano que era no campo dos prélrios cívicos, favorito no seu Estado. Com quem em 1922 estava o governo do Rio Grande, senão com os propositos subversivos da reação Republicana? Se mudou, foi depois da derrota eleitoral de Nilo Peçanha. Logo ele seguirá uma tradição do seu partido.

Nenhum político abriu, neste século, mais frente de luta de luta para pelejar ele mesmo, em pessoa, do que Vargas. O combate (por mais estranho que pareça aos que o conheciam pouco) era a sua ginástica de todos os dias. E, particularmente, alatura com os companheiros, com seu clã, com os que o acompanhavam. Nos primeiros dias de julho de 1932, o general Góes Monteiro procura aqui no Rio e lhe diz:

"Presidente os paulistas já elaboraram o dispositivo militar da revolução. E nós temos um caminho para evitá-la. Ocupando com gente nossa a Serra do Mar, e alguns troncos ferroviários em torno da capital, o movimento estará abortado".

Vargas não tomou uma só das providências indicadas pelo General Góes para fazer abortar a intentona. Deixou-a vir de leda. Ele a queria para fortalecer a sua autoridade de primeiro consul.

Em 1935, convocou-me, ao regressar da Argentina para dar uma entrevista destinada à "La Nación", onde eu colaborara, outrora. Escrevi a entrevista e fui levá-la para que aprovasse a sua redação. Aproveitou o ensejo para me inquirir da situação política. Eu lhe disse que a reputava delicada.

"Não é outra a opinião dos Srs. José Américo e Pedro Ernesto. Ambos estão impressionados com a infiltração do vírus comunista nas classes armadas".

Terminou por lhe fazer esta grave confissão: "que o prefeito Pedro Ernesto dissera-me que achava o governo Vargas Perdido sendo a sua única hipótese de salvação convidar o chefe comunista para ser ministro da Defesa Nacional".

Vargas ouviu-me com o rosto sombrio, passeando no Catete diante da cadeira em que me sentava. Pedi-lhe que mandasse chamar o nosso comum amigo Pedro Ernesto, a fim de o salvar de um perigoso contacto pessoal com os conspiradores.

Dez dias depois fui ver Pedro Ernesto. Ele me disse que desde o meu encontro com Vargas não se avistava com o presidente.

Em 1945, convocou-me por intermédio do Sr. Andrade Queiroz, ao Rio Negro. Estava decidido intimamente a ser candidato. E disse-me veemente:

"Resolvi candidatar-me porque soube de fonte segura, que Osvaldo Aranha e Juracy Magalhães resolveram vetar o meu nome. Não lhes reconheço autoridade para isto".

Engajou-se na batalha até o dia 24 de outubro. Mandei um dos seus mais íntimos amigos, seu e meu, sondá-lo acerca dos planos que tinha para o futuro. Ele voltou cabisbaixo, dizendo-me: "sinto que Vargas o que quer em resumo é uma revolução. E está candidato contra os dois civis que já ocupam a arena".

Não resta dúvida que Vargas era mesmo do barulho, coisa que não é o brasileiro, salvo quando se tem o exército para ir na

fronte. Mas isto é outra história e outra coisa que fia mais fino.

Assim como o nacional-socialismo nunca teve uma constituição, Vargas que o precede no poder, não tem maior apêgo por esse gênero de literatura. Seu radiocinéio deveria ser este.

As constituições são organismos que se cristalizam, códigos que o tempo supera, sobretudo nos tempos vertiginosos que atravessamos, com o poder destas transformações violentas que lhes oferecem a ciência e a técnica. A obra prima de arte política (para a escola de Vargas) consiste em não redigir constituições, em não consentir que elas sejam executadas, anos e anos, para decantação dos principios que a caudal do progresso dos povos, fez cair. A importação dos catecismos constitucionais escritos, dos costumes embalsamados em leis, é peculiar aos povos que têm o "hodgepodge", como os ingleses e suíços, por exemplo. Vargas reivindica uma alta dose de liberdade para tratar o direito público como uma matéria fluida.

Como um Deus criando leis próprias, Vargas fabrica ele mesmo igualmente as suas. Não acredita nelas; até porque sua inventiva criadora, no curso da vida, será mais útil, ao povo que as constituições paradas no tempo. Mas ele faz ou manda fazer constituições para atender à superstição de legalidade das elites. Nada mais.

Embutido numa moldura constitucional, o gênio renovador de Vargas dir-se-á implacavelmente diminuído. Ou, se quiserem, estagnado. Seu maravilhoso talento plástico e ductil, desabituado da camisa de força da legalidade, porque singularmente aberto às especulações da metafísica política e da filosofia do Estado, se viu sacrificado nas suas forças de espontaneidade e de inconsciente! Excitado incessantemente pela vida, com ela dançando em kermesses, em orações de liberdade de pensamento. Vargas, posto dentro de um figurino constitucional, foi como se o esmagasse um fardo insuportável.

"Eu não queria voltar ao Catete", disse-me em janeiro de 1951, depois de eleito.

Uma tal sabedoria e uma tal sinceridade revelavam a infinita sensibilidade deste homem para entender o seu verdadeiro papel, na formação brasileira. A fonte original das suas normas do governo e da justiça, das suas regras do bem e do mal, não devia ser a lei, manufaturadas por outrem, mas a sua filosofia, o seu mesmo julgamento prático, em função do que ele havia sentido e sofrido pelo povo e suas necessidades.

É ponto de importância capital no estudo do perfil de Vargas, agente capacitar-se de que ele não reduzia a vida a térmos de bom-senso — padrão vulgar e infuscado de viver — mas de imaginação, de aventura e de fantasia. Era uma expressão mágica para sua apalavrada liberdade. Entretanto, aliberdade que ele entendia, era um elemento individual que lhe cumpria utilizar para resolver as questões do governo com os critérios próprios de seu espírito. Resvalar na legalidade hirta e seca dos Códigos escritos, era para este demíurgo cair no fictício da rotina, nos atalhos da perdição.

A vida de Getúlio Vargas com a comunidade, desejando que ele veio para o poder, com as coisas de más

tico, de realmente místico. O seu espírito errava pela periferia desse imenso todo, com o qual vivia em unidade de sentimento, a tentar pôr ordem onde existe o caos. *Gemeinshaft, Fuhrer, Stimmung*, como ele tinha o sentido destas expressões, que acordam a idéia de massas, da matéria prima de chefe, na riqueza e na variedade das suas faculdades! Quando, em 1937, adquiri meia duzia de livros alemães, acerca do novo direito público do Estado Nacional-Socialista e entrei, com certa malícia, a interpretar o Estado Novo, o General Góes mandou-me dizer: — “Se eu estivesse no poder mandava-o para Fernando Noronha”. Mas a filiação de Vargas com o dionistaco da minha interpretação era maior que a do seu colaborador militar.

Para julgar (é da essência da lógica) é indispensável ter medida. O julgamento humano de Vargas será sempre diferente, porque se ele é a medida, será muito mais o desmedido, o excepcional, o passionário, fora do espaço de qualquer método, do quadro de qualquer disciplina. Fugia a freios e a preconceitos. As suas atitudes, as suas reações, diante das coisas temporais, não eram morais nem imorais, nada tinham com o bem ou o mal, eram getulianas. Da regra do seu jogo de fiorentino, fazia parte a absoluta autonomia do movimento. Não entrava na chave das suas manobras, nas manobras maravilhosas de expertise que traçava e executava, qualquer sentimento do idealismo humanitário que o levava a perturbá-las. O seu negócio, era o gato pegar a barata ou o rato. Se o rato ou a barata deviam sobreviver à luta, em que ele estava empenhado, era assumido para depois. Na hora o que se tratava era de exterminar a barata ou o camundongo.

Getúlio Vargas criou a que o mito bonapartista e dele viveu. Engaja a própria responsabilidade nos dois golpes que desferiu, pela certeza de que a contumacia democrática mostrou-se, incorrigível, em muitos casos, na execução deplorável das instituições livres. Seus dois regimes, aqueles nos quais trabalhou com alma, ele os utilizou para “decantar” a vida política do país. O revolucionário do pampa se sentiu maduro, numa e noutra circunstância, para realizar o seu destino, que será o governo pessoal contra o que ele consideraria os governos impotentes e desenxabidos dos leguleiros partidários e parlamentares. A quem pediria hospitalidades para os seus princípios de governo de autoridade? Ao povo e às Classes Armadas. Principalmente a linha deve seus sucessos mais sensacionais.

Não conciliaava as preferências individuais com as instituições democráticas. Não depositava maior confiança delas, e este seria o seu erro, em 1950: ao deixar-se eleger por um regime que não era o da sua vocação política. Em 38, disse-me rudemente, por volta do mês de Maio, aquilo no Guanabara: “Queriam arranjar-me a permanência de mais um ano no governo, com a Constituição de 34. Repeli a idéia. O regime que eu desejava era este, da Carta de Novembro. Agora, sim, poderei trabalhar à vontade”. E logo deu o golpe de Volta Redonda. A seguir, o outro, da usina de papel do Tibagi.

Seus acumuladores políticos não eram carregados pela eletricidade criada pelas correntes partidárias. Essas, a seu ver, davam gás deletério ao povo. Nem do par-

tido único, chave e sustentação dos regimes autoritários e totalitários quis saber.

O Sr. Francisco Campos criou a Legião Revolucionária em 1931, quase que à sua revelia. A propósito, disse-me um dia, duvidar que Olegário Maciel vestisse a camisa da Legião de Minas Gerais. E quando o velho fossil do regime democrático, envergou a famigerada camisa de Malazartes da Mantiqueira, Vargas, para se desfilar da dúvida que tinha pôsto quanto à abstenção do governador de Minas em vestir o uniforme da Legião do Sr. Francisco Campos, fez este reparo:

— “É fato que ele pôs a camisa revolucionária, mas por baixo do paletó.”

Desde que foi ditador de 30 a 34, que Getúlio Vargas entendeu como sendo o governo unipessoal, o único caminho dele sózinho, sem freios nem contrapesos, promover o bem-estar do povo brasileiro. Contava-me Antônio Carlos que ele assistiu o processo de constitucionalização do país, em 34, de braços cruzados. Jejuava constituinte. Procurava ter o mínimo de intervenção nos seus debates. Assim como Bonaparte quando desembarca de volta do Egito, no 21 de Vendeinazio, ano VIII (1 de Outubro de 1799), diante da luta furiosa e exaustiva das facções não tem outra ambição além da ditadura, Getúlio Vargas, depois da revolução de 35, só encontra razões para aumentar as suas reservas quanto ao Estado democrático. A mudança do regime passa a entrar-lhe nos cálculos diurnos. Seria possível obstar-lhe o caminho se a contra-ofensiva viesse dos partidos democráticos unidos. Mas eles não se uniam, e, assim, quanto mais alargavam a brecha mais o pretendente empurrava a sua cunha. Alguns, no Exército, procuravam uma espada. Mas a sua lança de caudilho era mais afoita que o gume do General Góes Monteiro. Assim, no 18 Brumário brasileiro concertados entre dois generais e um caudilho civil, foi o caudilho civil quem ganhou a partida para os soldados.

Getúlio Vargas aspirava ter na sua pátria, no seu meio, uma função eminentemente pastoral, armado ele de uma doutrina social. Ele era, a certos respeitos, um daqueles personagens das sociedades de pensamento, “des sociétés de pensée” que de 75 a 93 fizeram a propaganda da Revolução e a desencadearam na França. Tendo evitado com todas as forças e com todos os traques, a jornada de 30 (segundo disse-me, e no que não acreditei) ele desembarca em Curitiba, decidido a não emigrar. Estava com a revolução, e dela não se apartaria mais. Uma noite de fim de inverno, convocou-me ao Grande Hotel da capital do Paraná, onde ambos nos hospedamos, em outubro de 30, para dizer-me, sem hesitar, que a Aliança Liberal estava extinta. A revolução de 3 de outubro era outra história. Com o programa da Aliança se tentava uma eleição, que resultaria fraudada e fracassada. Obstinara-se meses seguidos em não se fazer revolucionário.

— “Fui o último a aderir à revolução no Rio Grande, disse-me. Não desejava que confundissem uma derrota pessoal minha num pleito, com os interesses imperiosos da minha terra”.

Mas já que nela entrara, iria até o fim. E até o fim, com o Rio Grande do Sul.

Pode-se dizer que desde 1930, Vargas adere à democracia autoritária, e foi por isso que não

quis mais saber da democracia liberal, e, se a ela ira voltar em 50, só Deus sabe com que constraintamento. Não deu uma arranhada no regime. Mas como o guardava à distância! Dois amigos íntimos não se podem mais respeitar.

O Brasil é um inibido com pouco dinamismo e Vargas procurava cultivar-lhe o movimento, o amor do risco e a moral da vida perigosa. Que outra poderia ser a base da sua intensa vida de conspirador? Ela não se concilia com a existência do pioneiro que vive o dia inteiro na jungle?

Um dia, em 1927, ele disse-me: — “Há uma diferença sensível entre mim e o meu cunhado Doctor Borges. Castilho e ele são comunistas. Eu sou spenceriano”. Não havia tal. Nunca houve, pelo menos desde que Getúlio Vargas tem o programa que sabe-mos.

Foi o primeiro chefe do Estado, aqui, a não cruzar os braços diante da injustiça social, a lhe oferecer combate com franqueza e valor. De 1930 a 1945, seu corpo traz a marca do que sente o indelelável daquela injustiça. Dar-lhe combate será a sua sucessão: extirpá-la da face do Brasil social, a sua luta. Não se cesaram, desde que a viu de perto, com a visão objetiva da cajamidade.

O sucesso prodigioso de Vargas é que ele veio para o poder possuindo dos filtros do populismo, ou fosse, do paroxismo da exaltação das massas. Ele era povo, e foi povo, desde que em 1930 para o governo da sua terra até o dia 24 de agosto de 54. Procurando coloar as classes num pé de igualdade, seria nessa decoração exótica, para uma sociedade ainda inorgânica, que Vargas tentaria não só desenvolver o seu apostolado, como governar a massa de 50 milhões. Disse e repetiu várias vezes a Vargas que ele era um sonhador e com efeito, a maior parte do esforço desse calculista frio, desse realista inexorável é obra de um demiurgo, ou seja o trabalho de uma criatura que vivia dentro do irreal, num mundo de fantasias e de sonhos... Pondo nas mãos do povo os regimes que tentava edificar, Vargas passava de longe pela incapacidade das nossas massas e classe média para sustentarem uma ordem de coisas políticas, nos seus ombros, pela sua mesma inaptidão para tornar coordenados e concorrentes o interesse delas com os seus arquétipos.

Qual a razão pela qual Vargas caminhava adiante dos governos anteriores? E' que ele tinha uma força que eles não possuíam: é ascendente sobre as massas.

Que sortes não dava todos as semanas para impor o brilho da sua personalidade irresistível ao eleitor do país!

Fazia a política como uma arte, como um esporte, na complexidade das suas exigências espirituais do interminável da vida e dos acontecimentos que ela cria neste terreno. E' preciso ter uma certa ótica, cénica para ver as preciosas peças políticas que Vargas armou pela vida a fora. Borges de Medeiros, Osvaldo Aranha, João Neves, Góes Monteiro, José Américo, Armando Sales, Eduardo Gomes, já sabemos quantos o “monstro loiro” teve aventuras por este mundo a fora! Cá fora nós só tínhamos conhecimento do desenlace das peças que ele armava. Os mais arrebatados, os mais cabeçudos, ele os seduzia. Pôssem ver de dentro na caixa do teatro, a escolha dos

artistas, a distribuição dos papéis, a técnica dos ensaios, a preparação da ribalta, com os seus jogos de luzes, a montagem em sunia. Era qualquer coisa da paciência beneditina de um Flaubert, armando Mine, Bovary, ou de um operário de relojoaria suíça, montando um relógio de precisão ou Pratt Whitney aprontando as peças de um motor de avião.

A história registrará, sim registrará o pequeno enredo que ele fez de uma das partes do golpe de 10 de Novembro, no Guanabara, com os governadores de Minas, Bahia, Pernambuco e o Sr. Francisco Campos. E' essa uma obra prima de carpintaria teatral. Ouví todo o episódio narrado por um dos serafins da política brasileira, o vice-presidente Medeiros Neto, ator que Vargas havia preparado com um esmero de ourives, para desempenhar um papel espetacular, de veras importante, nos dias dramáticos da sucessão e do golpe na Bahia, ao lado do seu governador, que ele precisava enfraquecer. Um serviço de abarquistas russos não teria montado uma máquina infernal mais diabólica para atuar com cérebro receptivo do que a da sucessão presidencial, depositada engenhosamente por Vargas na cabeça do seu vice-presidente. Assisti, de corpo presente, a uma cena de despistamento, em que era ensaiador e seu então ministro da Justiça. Asseguro-vos que no gabinete daquele doutor Fausto mesmo os aprendizes trabalhavam bem.

O biógrafo de amanhã de Vargas, estudará o seu satanismo. Ele tinha um traco por essa legenda, por esse jogo entre céu e inferno que lhe vinha da fama de despistador, desde os pródromos de 1930.

Pelo que contam Aranha, Neves, Maurício Cardoso, João Daudt, Getúlio Vargas desde a Escola que se impôrha aos colegas. Impunha-se como? Por que? Pelo seu eu dirigente. Moço já conduzia os companheiros, entendendo mais, muito mais de política do que qualquer deles.

Para se entender Vargas, é indispensável lançar um golpe de vista sobre o gaúcho e o Rio Grande, com os dados da sua vida real e do seu misticismo. Confundem-se os que pensam que o Rio Grande é Porto Alegre, ou mesmo Pelotas. Porto Alegre é um centro cosmopolita, como Rio de Janeiro e São Paulo. O Rio Grande não começa na Lagoa dos Patos. Ai pode dizer-se, se não que ele acaba pelo menos o que ele significa como proporções de elemento, como medida de natureza. Há dois anos, tomei durante o dia, um avião e fui de Porto Alegre a Uruguaiana e de Uruguaiana a Curitiba. Ofereceu-me o pampa a sensação de ilimitado de um continente que não se detém na torrente do Uruguai. Ele avança pelas duas mesopotâmias, a paraguaias e a argentina com uma vastidão de imensidão slava. Dando uma vista de olho no panorama do pampa, com as suas savanas hirtas, a primeira sensação que se recebe das suas populações ralas é a de um povo que ainda não se fundiu com a sua terra. A história interior do Rio Grande confirma que a reação da personalidade rica do pampa ainda não promoveu aos grandes recursos suscetíveis de o dominarem — a fusão de homem com o meio só se acha parcialmente feita. Cedo ou tarde a síntese terá de produzir-se, e ai veremos, em quinze ou vinte milhões de homens, refletidos

traços que o crisol irá apurar, e que, entretanto, já se anunciam no mujuque do pampa, dos nossos dias.

Em Porto Alegre e, parcialmente, na zona da colonização italiana, palpita o dinamismo ocidental. A paixão mecânica do italo e do teuto progressista, é a continuadora das populações excentricas do Mediterrâneo e da Europa Central que trouxeram para o pacato meio rural o ruído da civilização da máquina a vapor. Tem o Rio Grande do Sul, a 10, 20, 30, 50 e 60 quilômetros da sua metrópole, ilhas paulistas nas quais se discernem as linhas da rude tentativa de Street, de Pierson, de Sir Alexander MacKenzie, de Billings, de Siciliano de Matarazzo, para industrialização do Brasil. A democracia dos nossos tempos, em sua base mecânica e burguesa, é encontraremos em certos trechos da faixa atlântica do território gaúcho. São já duas articulações europeias e americanas. Estudem-se os reflexos do pampa e do arquipélago da técnica manufatureira americana, quando se trata de partir com o Rio Grande numa aventura política. O arquipélago reage logo com um instinto sanhudo de defesa do seu patrimônio produtivo, assim como com as suas concepções de viver, baseadas na propriedade privada e no poder da iniciativa. O pampa, esse, antes de ser ouvido já está pronto para marchar para a Grande Aventura, a que o convidam, e isto a fin de não se desolidarizar das suas tradições guerreiras, "risque-a-out".

Como é este homem do pampa? Ele é quase todo de descendência portuguesa, espanhola e autóctone. Podemos definirlo 50% Vargas. Um dos seus traços típicos é a rusticidade. Confundem-se a esse respeito as duas ambigüências: a física e a moral. A simplicidade da vida do homem é a da sua mesma natureza. Terra, homem e concepção de vida do homem têm ali algo de primitivo. Estamos diante de gente primitiva, que só recentemente, com a cultura do trigo, entrou a ocupar de modo mais direto o solo em que vive. Cavalo, homem e campo completam a aíure do gaúcho, seu ritmo de viver e sua atmosfera. A geografia da terra não teria dito ainda tudo se a psicologia desse indivíduo não fosse marcada por tudo aquilo de que Getúlio Vargas era representativo: a aptidão do gaúcho para a vida pobre, para sofrer a adversidade, na sua paciência para esperar, com otimismo, o dia bom e o dia mau.

Era Vargas a natureza cautelesa do Campoinhês. Ele era conspirador, sim. Gostava de conspirar muito. Conspirou desde o Rio Grande, em 27, contra a autoridade de Borges de Medeiros, no seio do Partido Republicano. Conspirou em 30 contra Washington Luis. Conspirou em 37 contra a República socialista de 34. Mas não desprezava as devidas cautelas, no seu ofício de conspirar. Procurou sempre vedetas militares. O seu *Publifon* o mais sério obstáculo que teria encontrado nas suas manobras subversivas, terá sido o 37. Generais, almirantes, brigadeiros, havia às centenas contra o seu Estado Forte. Com quem atravessa ele o passo difícil o passo de tão estreita garganta? Com os Generais Dutra e Góis Monteiro. Não faz uma revolução sem a tropa. Mas fez todas às que quis, menos a de 45.

Na sua querência, era Vargas um camponês, um perfeito ho-

mem da gleba, um "terrien", como se diz em França. Ai reside ainda outra lacinante contradição: de um lado, entre o imperialismo avassalador do homem do Estado, a capacidade de irradiação do seu intervencionismo estatal sobre a superfície da existência dos seus compatriotas do que temos testemunho da armadura do Estado. Novo e, por que não dizê-lo?, o autoritário e o totalitário que ele era com as suas medidas de grandeza, de francês de jardinagem, o francês de rotina da ação pública, e do outro, o individualismo do *terroir*, do *pied a terre*, do sentimento mudo das coisas que ele também era. Desdenhava a concepção do *terroir* político para adotar a outro da terrois doméstico e nela integrar-se.

Encontrava-me certa tarde, em Sorocaba com os Srs. A. de Moura Andrade e Benjamin Vargas. Contava ao meu velho e querido amigo, o irmão do presidente, o que era há cento e cinquenta anos, um homem do campo naquela região. Então, Moura Andrade, a meu pedido, se pôz a detalhar a série de anedotas a respeito do camponês sóbrio, econômico, sovina, agarraado aos seus bens, que se alinhava na zona rural de Sorocaba, Tietê e Itu. Contou a do queijo que o ituano escondia no guarda-rôupa. (Não esquecer que o pai de Vargas, Manoel, e seu avô, Evaristo, eram filho e neto de um sorocabano, Bueno. Para cêpa camponesa dêsses trecho do interior paulista).

Benjamin Vargas arregalou os olhos e levantou-se do chão, onde nós três estávamos de cócoras, como jecatatus.

— Pois eu vi Getúlio há meses, ganhando um queijo, levá-lo ao armário do seu quarto, trancá-lo a chave e dizer-nos: — "Este — vocês não o terão sozinhos". Era o ituano que no Outeiro, 150 anos mais tarde, juntava as duas pontas da meada.

Falando a J. Nabuco, de Vargas se poderá dizer que ele foi o esponjário magnífico desse oceano humano que é o Brasil! Ele era o gausca, o campeiro, o caipira, o tabaréu, o matuto, o jeca, o sertanejo, o farroupilha, o favelado, o charrua, o tamboio, o guarani, o capixaba, o caete, o tupinambá, o tabajara, o tupiniquim, o timbira, o marroio, o homem branco, o negro, o amarelo, nas infinitas nuances de tócas essas cōres; a música dos nossos rios; o barulho das nossas cachoeiras, a alegria das nossas madrugadas, a graça de um mês de maio, nas campinas verdes do Rio Grande; o sorriso das nossas crianças, uivar do minuano na cochilha, o coruscar das estrelas neste céu tropical. Que deslumbrante aquarela do Brasil! Que força elementar da vida! Não era um fragmento da nossa natureza porque era tóca ela.

Os mediocres charlatães que já o estudaram não enxergaram o segredo da sua imensidão: Vargas era ele, e plus-todos os seus contrários. A sua prodigiosa glória é a de haver tantas vezes sacudido este cadáver obediente que é o Brasil. Ele não falava para o povo: oficiava como um sacerdote.

E como era nacional o demônio que as igrejas, porque ele não era de nenhuma para ser de todas irão beatificar! Que soberbo animal telúrico, surgido no terceiro dia da criação, não havia no poder messiânico desse pretendente fechado e desse providencial aberto!

Homem pirandeliano, fluido sem constantes, pioneiro, multíplo e variável, desconfiado e agressivo, nas horas decisivas não gostava de falar, apenas advertia. Afinal por que aparentemente frio, dava muros espetaculares na cangalha? Era para matar o burro? Para deixar o burro no chão? Não, só para assustá-lo, tão somente para assustá-lo com uma carga explosiva de pólvora seca.

A opulência deste detentor fabuloso da psicologia, da patologia e das possibilidades do seu povo residia na sua mesma indeterminação, no seu, se quiserem, sonambulismo, no seu ar de quem abria a picada, na mata, e ficava o resto do tempo a fazer a estrada real, quase sempre sem conseguir-lo, para outra vez lançar-se a novas picadas.

Duas vezes, ao que me disse, Vargas deu o consentimento intimo a ideia da morte. E ambas no campo da luta civil. A ideia de morte traduz invariavelmente um estado emocional de alta responsabilidade e de beatitude da espiritualização. Isto mostra quanto o polo do sofrimento tinha uma elevada representação na natureza desta criatura. Ele era a encarnação do "homem paciente" como chamavam os gregos, do homem do qual era Ulisses o arquétipo, ou seja a natureza saturada do heroísmo trágico. Vargas alinhava a bravura à serenidade, para encarar face-a-face o enigma da morte.

Derrubado em 45, e, de novo, em 54, a sua sensibilidade viu no segundo golpe uma tragédia sem saída. Era de novo a força militar a sua velha guarda que lhe falhara. Partira-se a cadeia formada de 20 a 45. Sente a necessidade de uma morte, como dizia o mito. Não é a desesperação suprema, porque é a humiliação do Dragão.

Tarefa assim difícil para um país, destituído de crítica, de cultura política e sem trânsito para as responsabilidades do Espírito, entender um personagem como Vargas, que não encontra antecedentes em nenhum outro ponto do cosmos latino-americano. Nunca teve este país, em seus anais, nada tão espiritual, como Vargas, no campo da política. É o mais diferenciado dos homens públicos desta terra. Tem de vários deles, e não se parece com nenhum, como idéia, sangue, liberdade e dependência da comunidade. Suas vastas construções ainda não encontraram intérpretes.

Provocou uma crise, na qual só agora, um ano após o seu desaparecimento, o país está entrando. Foi o primeiro homem do "devenir", do *Gemüt*, do princípio germinal dentro da órbita brasileira. É uma página desconhecida que ainda ninguém leu, por falta de iniciativa filosófica, pelo estado embrionário da inteligência brasileira, essa, da imitabilidade de Vargas com o Brasil, malgrado um certo bovarismo gaulteriano que o levava a supor-se diferente do que eram as notas tónicas da sua gente. E isto era bem verdade. Tanto que era ele quem puxava o Brasil, ao invés de o Brasil arrastá-lo.

O fino animal sensitivo que era Vargas tem uma medida de não-fixação nos estilos das velhas rotinas nacionais, dos carros de boi do direito público indígena, que só um processo de renovação da nossa cultura poderia abarcá-lo.

Encontramos no quadro da morte voluntária de Vargas o ritmo da epopeia dos Nibelung. Matando-se, o que ele procura é sobreviver. A ideia da morte deverá ocorrer no ser que se disposta, graças à plenitude do sofrimento, encontrar os motivos do renascimento.

Vargas se apresenta ao povo numa atitude de "leader", para dizer-lhe a frase que Christo foi o primeiro a pronunciar no Ocidente: — "Eu sou a verdade". Efetivamente, seu apostolado social dava-lhe à existência um sentido de cruzado. Era um homem que, quando volta em 50, mais que d'antes, faz a doação de si mesmo à causa pública. Virá realizar-se mais de que das outras véses, como representação de um destino, que nenhum outro teria força para cumprir neste país, como poder de renúncia, para a qual ninguém aqui estava preparado sobretudo num meio de deapuração espiritual como o nosso.

Velho jardineiro, podador dos galhos da árvore da liberdade, Getúlio Vargas tomba varado por esta suprema contradição: mandando aos seus compatriotas a mensagem do homem livre. Em seu calvário luta pela liberdade de iniciativa do presidente, e, como um herói helênico, morre para renascer.

Tal a lanterna verde com que ele marcha para a eternidade. Passo a ler as palavras do Acadêmico Aníbal Freire:

A vossa glória faltava, Sr. Assis Chateaubriand, a laurea acadêmica. Amesquinhem-na impenitentes deratores, jubilados uns em rancor insofrido e a maioria em desdém que, por tão ostensivo, chega a ser superficial e anodino. Pairando acima dessas injustiças constituirá ela sempre a consagração de uma carreira.

Atingistes aos cémos da atividade intelectual. Foste professor de Faculdade oficial num instante da vida em que os moços recem-formados se prestam a postos menos árduos. Alcançastes o domínio de uma rede de publicidade sem similar na história da imprensa e dos meios de difusão em nossa Pátria. Coube-vos a curul senatorial em que deixastes o sulco de memorável trajetória. Tudo com a instantaneidade dos raios, iluminando em cheio as veredas que tinheis a palmilhar.

Examinando outros aspectos de vossa ascensão, vemos que assumistes as responsabilidades do proforado de ciência jurídicas, sem o tirocinio da advocacia ou o exercício da judicatura que a elas preparam. Passastes de redator a fundador e diretor de jornal, com ascendência e fortuna que os mestres do ofício nem sempre conseguiram. Penetrastes no Parlamento, para o posto mais alto e severo, sem o tirocinio político nem o amanho afanoso da vida partidária cheia em regra de sacrifícios e renúncias. A todos esses recantos da inteligência e da mestria levastes inequivocamente sôpro novo. Por isto se criou a fama de "perturbador", tão ralçada nas orações gratulárias proferidas no ruinoso banquete com que a sociedade desta Capital festejou a vossa ascensão à Academia, homenagem que refletiu em nosso crédito e solidificou a convicção do acerto de nossa escolha.

Não tememos os vosso arreios, não nos arrepearão dos transbordamentos de vossa atividade. Erram os que vós julgam através

de nossas campanhas jornalísticas. Tendes a par da pertinácia nas idéias e nas conquistas espirituais, o respeito pela tradição que a vossa surpreendente inquietação não consegue elminar.

Sem precisar recorrer a teorias e sistemas, vamos encontrar a fonte dessas supostas contradições de temperamento nos seres que vos deram a vida. Não queremos vos proporcionar emoções, mas haveis de ter sob a retina sempre atenta a imagem de vossos pais.

Francisco Chateaubriand Bandeira de Melo era um tipo de homem. Traços olímpicos, fronte alta, cabeça enoldurada de bastos cabelos negros. Desempenhado, ágil, irrequeito, espalhava alegria nos círculos onde aparecia. Ao lado desses sinais exteriores, fortaleza de ânimo inquebrável. Um só episódio o demonstra. Tendo a esposa adoecido, os médicos recomendaram a estada em clima mais ameno do que o do Recife, tropical por exceléncia. Foi escolhido um lugarejo próximo da capital, Chá de Carpina — o seu nome a indicar a configuração do lugar — planicie descampada. A cura realizou-se sem sobressaltos. O marido encetou, então, a tarefa de transformar o povoado em cidade florescente. Procurou obter o apoio oficial para o seu tentamen. Conseguiu logo mudar a denominação do povoado para Floresta dos Leões. Imagine-se o quanto de irreverência se formou em torno do assunto. Floresta onde não havia sequer árvores, e em leões nem havia que falar. Sucediam-se os remoques. A tudo indiferente o marido agradecido à Natureza. Começou pela arborização do local. A fama estendeu-se às cidades vizinhas. Passaram pessoas influentes a construir moradias de verão. Hoje o local é centro de turismo.

De D. Carmen Gondim herdas, Sr. Assis Chateaubriand, uma qualidade que nem todos suspeitam em vós, a docura que amenaiza as apariências agrestes do lutador. Não são muitos os beneficiados dessas esfusões. Mas uma amizade de mais de quarenta anos sem sobras nem intermitências pode escusar-se com o esplendor desta solenidade para deixar nesta página essa impressão afetiva. Também redobrastes em carinhos com a autora de vossos dias, Jules Claro, de recepção na Academia Francesa, fazendo o elogio de Cuillier Fleury, revela que em todas as contas registradas pelo jornalista, o primeiro artigo, o "artigo sagrado, piedosamente traçado antes de todos os outros, era o — Remetido à minha Mãe". Não tendes tempo de fazer as grandes contas, muito menos as menores. Mas o trago existe. Nas folhas de pagamento da Faculdade de Direito do Recife, todos os vencimentos do Professor Assis Chateaubriand eram entregues ao Procurador de sua Mãe.

Com esses apanágios, haveis de ter infância feliz. Um escritor divulgou Henri de Montherlant debruçado sobre os jovens "com uma espécie de expectativa sagrada, como os augures escutavam as fontes para delas ouvirem sair vozes". A juventude vos surpreendeu na luta e as vossas vozes foram logo as do combate pelas idéias, as da atração pela liberdade, as da identificação com os credos perifilhados.

Redator do "Diário de Pernambuco" — e o destino se encarregou de colocar, anos mais tarde, o velho órgão na órbita de vossa

influência — tivestes de acompanhar a sorte da política submersa na onda da "salvação" que avassalou o Norte. O denodo com que auxiliastes a Elpídio de Figueiredo, quase trucidado na defesa da liberdade da imprensa, marcou o inicio da vossa carreira destemerosa, nas lides jornalísticas. Foi a vossa primeira refrega contra o poder armado, e as que empreendestes na matrícula terão o reflexo da que se lhou a vossa adolescência.

Não desabtastes o campo da luta. Aproveitaste-lo para imprimir outra feição à vossa capacidade. Desde cedo manifestaram-se em vós os sinais de pesquisa intelectual, que realça todas as vossas incursões no domínio da palavra escrita ou falada. Destes logo sentido universal ao vosso pensamento. Sob este signo se operou a vossa formação mental banindo preconceitos, ostentando independência de idéias e levando até aí detalhes a orientação universalista de vosso roteiro. Nenhum estrangeiro, de passagem ou de residência em Recife, deixou de ser vosso admirador, merecendo a vossa atenção de jovem, ansioso pelo contato com as fontes onde se espalha a inteligência da humanidade. A vossa formação intelectual obedeceu a esses dois fatores subjetivos: — a apuração dos elementos que elevam o nível cultural e o culto universal das idéias.

Não vos bastava a arena jornalística. Levantastes o vôo para a cátedra. Temeridade a do jovem jornalista, se não o animasse a chama da ambição interior sobrepondo-se às querelas de província. O concurso na Faculdade de Direito do Recife versava Filosofia do Direito e Direito Romano. Neste lance tem-se a impressão de como aprendestes cedo a vos desvencilhar de dificuldades. Custa a crer que o autor do *Conceito do Direito e o Interdito uti possidetis*, dissertações apresentadas para o concurso, seja o mesmo homem de imprensa, sófrego, arrojado, inquieto. Soubestesvos precaver, na explanação dos assuntos jurídicos, dos excessos da imaginação. Sobreidade, clareza, objetivismo na exposição das doutrinas. O teor das dissertações é o contraste com a técnica do jornalista, exuberante, incisivo em regra prolixo. Nenhum laivo de agressividade nem sombra de embates em que o impelo da pena avassala o raciocínio. Na advergência da dissertação de Direito Romano, salientastes o cuidado de fundamentar a exposição em informações colhidas nas próprias fontes legais e doutrinárias, e se a tradução "não reveste forma esbelta e polida", é porque preferistes "sacrificar, quase sempre, a elegância e o torneio da construção à fidelidade das palavras e da expressão do original".

O vosso concurso figura entre os mais fuidosos da época. Tinhais como contendor uma vigorosa expressão intelectual, o Senhor Joaquim Pimenta, benquisto entre os acadêmicos. Como sempre, a mocidade se dividiu. Mo era natural, vossa indicação João Barreto, o filho de Tobias. Ao vosso lado — como será gravato ao vosso coração relembrar o episódio — Aníbal Fernandes, que ainda agora é o diretor do grande órgão pernambucano, enquadrado na cadeia dos Diários Associados. A Congregação da Faculdade, por voto de desempate, vos indicou em primeiro lugar. A vossa Paraíba não faltou nesse momento. A União, e tradi-

cional jornal em que colaborais, fez imprimir a vossa dissertação de Filosofia do Direito.

A política usou de todos os recursos para impedir a vossa nomeação. Ingressastes no corpo docente da legendaria Faculdade do Recife aos vinte e quadro anos de idade. Tinheis aparência juvenil. Não entra no anedotário que vos cerca, como a todos os homens em evidência, curioso e verídico episódio. Ao virdes ao Rio de Janeiro acompanhar, como era natural, vossa indicação para o magistério, tinheis o dever de procurar o Presidente da República, que era então, o venerando Sr. Wenceslau Braz. Foste ao Palácio do Catete, em companhia do então Deputado Vicente Piragibe, diretor da *Época* que acolhera as vossas principais produções jornalísticas na imprensa carioca. O ilustre parlamentar havia solicitado ao Chefe da Nação o favor de internação gratuita de um jovem no Colégio Pedro II. Ao avistar o Sr. Piragibe em companhia de um rapaz, o Sr. Wenceslau Braz recordou-se do pedido e, antes de qualquer apresentação, disse ao Deputado: — "Este é o seu recomendado para o Pedro II?" O Sr. Piragibe respondeu de pronto: — "Este moço, Sr. Presidente, é candidato classificado em primeiro lugar no recente concurso da Faculdade de Direito do Recife." O Presidente soube resistir à pressão exercida pela política dominante e cumpriu o seu dever.

Se o rumo de vossa vida não se houvesse alterado, transportando-os para outro cenário, teríeis exercido papel relevante na direção mental da mocidade do Norte. Para isto não vos faltaram o arrojo das idéias, a independência do pensamento, o denodo das convicções, o poder verbal sem o qual o proselitismo perde muito na eficiência e na concretização dos objetivos. A vossa vinda ao Rio de Janeiro, em 1915, para o fim a que há pouco aludi, determinou nova circulação à vossa trajetória. Emerson alude, como um impulso de liberdade, no verso do verso Hafiz: — "Está escrito sobre a porta dos céus: — Desgraça a quem sofre de ser traído pelo destino". O destino não vos foi infiel e coroa sempre os vosos ingentes esforços.

Conquistastes de pronto a Metrópole. Um artigo sobre Carlos Peixoto foi a vossa revelação ao público carioca. A figura varonil do parlamentar número tentava quem quizesse retracá-la, sem cortezania nem arroubos. Ensaíais a tarefa em que sois mestre. Não vos seduz o panteísmo. A Natureza, fonte de inspiração para tantos outros, não vos deixa propriamente indiferente: não exerce, entretanto, poderoso fascínio sobre o espírito. De vez em vez, uma imagem fugidia, pondo um tom sugestivo na análise dos homens dos fatos. Primalis na fotografia humana, nos traços psicológicos, e perpétuais as incisões que vossa pena produz na suscetibilidade, no orgulho, na valade dos homens.

Duas amostras de vossa arte fotográfica: com o Carlos Peixoto iniciastes a fundação da cidadela em que permaneces, de lança em riste contra os que procuram assaltá-la. Com O *Konsttro* nevistes os meandros da era getulista. Esse poder penetração, que não é vã profissão, caracteriza os analistas da humanidade, inquieta, moveida, inconstante.

Tivestes a fortuna de encontrar encorajamento desde as primeiras vitórias. E se é próprio dos homens marcados para dirigir não se condenarem ao isolamento, a atmosfera que há de cercá-los tem de ser saturada de confiança e estímulo. Logo um grupo lúzido de veteranos intelectuais passou a prestar ao jovem portista carinhoso apreço. Pedro Lessa, Alfredo Pujol, Cálógeras, Pires Brandão, foram afeições inalteráveis na vossa vida. Até Capistrano de Abreu se deixou captar. Em carta a João Lúcio de Azevedo, esboça os traços de Assis Chateaubriand: — "Rapas de muito talento. De pequena estatura, glabelo, nasceu em Imbuzeiro da Paraíba. Tem menos de trinta anos; é substituto da Faculdade do Recife. Colabora no 'Correio da Manhã', por cuja conta vai agora à Alemanha passar um semestre; é redator-chefe do 'Jornal do Brasil'. Dessa viagem à Alemanha resultou um volume de quatrocentos e quarenta e nove páginas, editado em 1921, *A Alemanha, dias idos e vividos*, tal o seu título. Sempre a vida a estudar, no escritor destemeroso. O livro, à luz dos acontecimentos futuros, sofreu a influência de impressões passageiras. Em matéria política, setencia Leon Berard que só se é profeta na oposição. Em matéria jornalística, as crônicas têm de se ressentir da mobilidade da época. Adolf Lassén, conselheiro privado e professor da universidade de Berlim, proclama, em setembro de 1914, já deflagrada a guerra: — "Um homem que não é alemão não sabe nada da Alemanha". De maneira que os Blondes, os J. Flach, os Seihiere, os W. Martin, os Jahephe Baithély, que expussem ao mundo, naquele período, em traços gerais, as concepções germânicas eram 'intrometidos'. Não admira que o jornalista brasileiro, percorrendo um país amargurado pela derrota, nem sempre pudesse recolher a percepção justa dos fatos. Em conjunto, entretanto, o livro não contém reportagens frivolas, antes obra de analista, aspirando a pescar as inspirações dos povos, e esteriotipar as tendências dominantes e a extrair dos fatos e dos homens as perspectivas do futuro.

Toda a vossa carreira pública se situa no plano da curiosidade. Curiosidade irreverente, injusta por vezes, indiscreta não raro. Mas curiosidade como lema mental. Nem há escritor, destinado a exercer influência entre os contemporâneos, que não seja aguado pelo desejo de tudo perscrutar e conhecer. Um dos sintomas dessa avidez é o vosso gosto pelo avião. As viagens marítimas, como contatos, forçados e em regra inúteis, são sensaborias para o vosso espírito ágil e trepidante. Paul Guth, estudando a personalidade de André Siegfried, salienta que o britânico escritor, "em lugar de estreitar seus pontos de perspectiva, como a maior parte dos pontífices, cegos pelas horas, os multiplicava". Observa que o autor de tantas obras, em que avulta a penetração do real, considera a curiosidade como o motor inegociável de rejuvenescimento e relembraria a sua frase: — "Aprendi mais com as viagens e com a conversação do que com as leituras. Meu método é o de um repórter". O sabor literário que responde de mostra que a leitura é propícia à expansão de vossos artigos. Sr. Assis Chateaubriand, vosso pensamento, mas a alma predileta de vossa atuação é a

observação direta, viva e palpável.

O crivo dos tempos passou sobre Tirpitz, "o eterno", Falkenayn, "o animador espiritual", erigidos em símbolos no vosso *Na Aventura*. O vosso livro contém, entretanto, páginas em que subressaem a acuidade da visão e o senso da realidade. O relato do capitão sobre os Estados Unidos tem os contornos de uma luta de política econômica. Disseste: "sob o aspecto financeiro, a chave da ressurreição europeia se encontra, pois, nas mãos dos Estados Unidos. Esses são os senhores da política de cooperação, que será a única capaz de salvar o Velho Mundo do comunismo sob a forma anáquica que domina éte na Rússia. A apelo da Europa não deve ser dirigido ao espírito idealista da raça, mas antes a sua mesma indole prática". A vossa observação data de 1921, e como os fatos vos deram razão! O mesmo espírito penetrante e que, sob as apariências da inquietude exterior, envolve argúcia e sutileza, nem sempre encontradas nos que escrevem ao sabor dos acontecimentos do dia, via realizada a sua predição com o papel preponer da grande nação norte-americana nos destinos das raças livres. Esse mesmo espírito e que, mais de trinta anos passados, ergue a sua voz impetuosa e vibrante, combatendo, indiferente aos apodos, o jacobinismo econômico. Essa continuidade de pensamento, expresso na juventude e ratificado na maturidade, sintetiza poderosa regra mental. Vistas igualmente com irrefragável nitidez o que continha a estrutura dos tratados de paz. Assinalastes os defeitos do arcabouço, em prejuízo dos objetivos visados, e salientastes com a precisão do cultor do Direito: "só uma obra paciente, feita num espírito simpático de justiça, poderia triunfar contra o caos". Também em relação a cooperação da ciência com os problemas militares tivestes conceitos de vidente. Proclamastes sem reservas: "a guerra futura será uma guerra de laboratório". E depois dessa conclusão, o relato inacessível à contradita: "a ciência se prepara a fim de entregar ao homem o segredo de elementos de destruição de tal modo assustadores, que é de crer, nesse dia, o receio do ameaçamento coletivo ponha termo às veleidades belicosas dos profissionais da carnagem e da morte".

O vosso estilo transborda de exuberância, destreza e flexuidade. Nem sempre lúpido; sempre empolgante. Encachoeira-se por vezes, envolvendo o leitor numa atmosfera da qual a meditação é banida. Há certas passagens de vossa produção jornalística em que sentimos que o vigor do raciocínio se perde no labirinto que ides criando. Para chegardes a uma conclusão, e vosso espírito divaga em torneios dispensáveis. Entretanto, quando quereis ser objetivo, a vossa capacidade de observação atinge a pontos culminantes. A verdade é que no vosso estilo jornalístico debalde encontrámos qualquer imitação. Tendes feição própria: nem o poder verbal e a torrente caudalosa de Ruy nem a simplicidade de Ferreira de Araujo, nem a simetria sentenciosa de Alcindo Guanabara.

Esse refúgio ao pastiche é o que realça igualmente a vossa oratória parlamentar. Apresentais de certo traços da oratória britânica e não da oratória latina. Zombarias à Sheridan acentuadas à Churchill, para citar dois

exemplos distantes no tempo, mas iguais no processo mental. Os vossos grandes discursos sobre assuntos os mais variados, revelaram uma força nova, a agir com estrépito no cenário do Congresso Nacional, despertando simpatia, acolhimento e repercussão mais profunda do que a de vossos artigos de jornal.

Não sois ironista. A ironia sarcástica é a deformação da idéia. Só a exercem com proficiência os seres malignos ou refolhados. Aliás, os ironistas são os mais suscetíveis e, por estranha contradição, os que menos suportam o revide. A ironia difere do humor: este é lúpido e fluido; a outra, artificiosa e pedante. A vossa natureza idômita não se acomoda à ironia pretenciosa. Mas os vossos leitores sempre se surpreendem com a irisação de vossa prosa. Edouard Heriot diz do vocabulário do vosso grande homônimo nas letras francesas ser ele uma invenção perpétua. O vosso, Sr. Assis Chateaubriand, traz sempre o imprevisto, o traço cintilante, a expressão inédita.

O ponto decisivo da vossa atividade jornalística foi a criação dos "Diários Associados". Não vos bastou a aquisição de um jornal até então de índole conservadora e com acentuado cuidado pelos aspectos culturais. A ajuda de amigos influentes mostra até que ponto já começava a se manifestar o vosso poder de captação para empreendimentos de alcance social. Precisavais de alavancas mais poderosas, e a organização de uma rede de jornais, se atendia à vossa ambição de domínio, correspondia ao sentido da vossa orientação intelectual. Com ela lucraria o sentimento da unidade nacional, respeitadas as peculiaridades das regiões a que procurava servir e que mereciam com a intuição das coisas que vos é inata, devido à aprêço. Para esse certame vos inspirastes no exemplo da imprensa norte-americana. Pierre Doniger, na sua monografia *La presse dans le monde*, acentua a diferenciação das características da imprensa inglesa e da imprensa norte-americana. Da primeira as grandes famílias, a importância da imprensa de Londres, filiação política, o "Times" instituição nacional. "Da segunda o mercantilismo, 'cadelas' de jornais, sindicatos 'Tabloides' divisão do trabalho, abundância de matéria, sensação, interesse humano". O abundante volume "American Journalism", de Frank Smithers Mot, a mais copiosa contribuição no gênero, demonstra a atitude dessas cadeias, que remontam a Frank Munsey e têm como protótipos *Scriptis* — Howard e Hearst. Quem esquadrinhar a rede de publicidade que atargaste pelo país inteiro, não limitando o perímetro de sua ação à Capital da República, verificará que ides pouco a pouco alcançando a meta de vossos designios.

Não interessa fundamentalmente ao exégeta de vossa obra o resultado prático nem o fruto político dessa realização. Deveis mesmo ter experimentado desilusões sobre as messes colhidas no terreno da ascendência sobre a opinião. A vossa argúcia não escapa o exemplo dos Estados Unidos. A poderosa organização material e a extensão dos recursos de publicidade e não se cifram proporcionalmente no império sobre a opinião "James Bryce", autor infalível nos comentários sobre a grande República norte-americana, concluía que os jornais são influentes de três maneiras: — co-

mo narradores, como advogados e como cataventos! Em belas páginas, mostrava as reservas da opinião no tocante à influência da imprensa. Sessenta anos mais tarde, na fase das redes de jornais, a se espalharem por todo o território o mais recente comentador da vida norte-americana, André Bigfried, em "Tableau des Etats Unis", observa: — "Restaria a vez se a imprensa é efetivamente influente. Pode-se duvidar disto: sob Roosevelt, a maior parte dos jornais era de republicanos e ele era sempre reeleito. Em 1952, a maior parte dos jornais, mesmo republicanos, era redigida sob a orientação de reporteres que sustentavam Stevenson, e, entretanto, este foi batido. Será outra parte que se formaria verdadeiramente a opinião?". O exemplo do Brasil não difere. Em 1910, 1919, 1922, 1945, 1950, os vitoriosos nas urnas não eram os favoritos da maioria da imprensa.

Temos de relegar, portanto, a influência de vossa organização na direção governamental do País, e nos interessa extrair do vosso empreendimento os benefícios proporcionados ao progresso e à cultura nacional.

Pontos essenciais da vida do País entraram na esfera de vossa ação construtiva: a aviação, o cuidado pela criança, o estímulo às artes e o encorajamento às vocações da mocidade. Não deveis temer o julgamento. Os vossos arremessos, as injustiças de alguns de vossos comentários, as fórmulas parciais tão comuns no critério dos homens de imprensa, desaparecerão em face do acervo que a obra representa, no sentido social e mental. Podemos nos orgulhar de nossa posição proeminente nos progressos da aviação. A ela se devota uma legião de compatriotas, acrisolando-se no sacrifício de todos os dias para erguer bem alto as asas do Brasil. E de Shelley o dito famoso: — "A alegria da alma está na ação". A nossa literatura ainda não produziu um Saint-Exupéry, piloto do ar e escritor, mas os feitos dos nossos aeronautas nos enchem de ufania e confiança na nossa raça. Não se há de escrever a história da aviação em nossa Pátria sem que o vosso nome não seja lembrado. levais o apuro na contribuição para o nosso fervor, aviatório até ao cuidado de consagrando aos aparelhos de vossa iniciativa o nome de vultos do passado, entrelaçando-os com os anseios da mocidade, a que elas se destinam. Semeais para o presente, com as vistos para os que fazem a grandeza do nosso patrimônio cívico.

As obras de caráter pedatílico que tendes ajudado a criar e a desenvolver refletem a consciência do que tem sido a vossa vida. Não esqueceis, também, as conquistas da arte. Só quem conhece o Museu de Arte Moderna de São Paulo, no funcionamento dos seus serviços e assistiu enlevado aos cursos educacionais que ali se professam, pode calcular os benefícios que aquela instituição tem prestado à coletividade paulista, despertando nos jovens menos favorecidos a vocação para os misteres artísticos. Tudo isto representa para o País inestimável serviço, que a posteridade há de registrar. Se aludo a esses aspectos de vossa tarefa, é porque elas se entrancam na finalidade da vossa carreira e o seu relevo resplende sobre a Casa a que vindes pertencer. Não se pode separar

o artífice dos instrumentos que ele maneja. Sois por destino um animador e mesmo na diversidade de vossas iniciativas e na trepidação de vossos cometimentos havéis de compor a unidade da vida.

O Sr. Gilberto Amado, em penetrante estudo com as fulguras de espírito e labores de seu incomparável estilo — pena é que esse grande pensador não pertença à Academia — Asserta: — "Quando o acaso reune no mesmo indivíduo as duas potencialidades, a de conceber e a de fazer surpreendente é que conceber e realizar sejam coesos e sincrônios sem interrupção e dissonância. A equipolência das duas virtudes é rara. Em Chateaubriand acumulam-se e funcionam em perfeito equilíbrio. E presidiu a ambas a dupla continuidade: a do arranjo todo dia recomeçado e a da prossecução em nenhum dia surpreendida". Não podereis obter sentença mais verídica e completa.

A Academia indubitavelmente sagrou em vós o jornalista. A nossa instituição sempre teve o fascínio pelos líderes da imprensa. Entre os seus fundadores Alcindo Guanabara, José do Patrocínio, Medeiros e Albuquerque e Carlos de Laet, Ruy Barbosa escolhe para patrono Evaristo da Veiga, Sylvio escolhe Hipólito da Costa, José do Patrocínio escolhe Joaquim Serra. E no momento, em menos de dois anos, a Academia acolheu sucessivamente três jornalistas notáveis. Contraste com a Academia Francesa que, neste instante, desaparecido André Chauvin, não confe nos seus quadros um só titular da imprensa.

Vindes substituir a Getúlio Vargas. Foste sempre um enigmático dêle, desde o Monstro até as orações comovedoras e às réplicas vêementes por ocasião de sua morte. Dir-se-á que o término do artigo é rebarbativo: a intenção, porém, nada tinha de deprimente. Também Paul Deschanel empregou a mesma palavra em relação a Gambetta ao receber Alexandre Ribot na Academia Francesa. A adequação da figura era diversa. Deschanel quis aludir ao dominador do Parlamento monstruoso no seu poderio. Vós quisestes esterilizar a astúcia, o maquiavilismo, a acepção, ai, é a de prodigioso, que os lexicos registram.

Não quero esquecer um de vossos maiores êxitos jornalísticos, a entrevista com Sumner Wells, o "anjo rebelado". Como esta vossa expressa encontrou ressonância em nossa vida política, aplicada posteriormente a líderes partidários! Nesta entrevista, publicada a 21 de setembro de 1944, em momento em que se acendiam desconfianças contra Getúlio Vargas no campo internacional, já que a suspicácia de sua ação na política interna era dogma entre os seus adversários, com reflexos na opinião neste trabalho insististes no vosso tema constante, do cemitério em que Vargas sepultava, com todo o rito da inumação, tantos dos seus servidores, e aludistes "ao aspecto getuliano de Roosevelt e ao mesmo traço maravilhoso de Vargas". E acrescentastes: "Dois homens que são fortes porque não têm paixões, porque são fríos, se dominam e deixam que os passionários se percam pelas próprias mãos, entregues à fatalidade do mesmo temperamento". Só o sentimento de atração levava o analista a colocar no mesmo nível o reformador audaz do New-

Deal e o astuto e sutil governante do Brasil.

Não manifestastes em instante algum de vossa carreira, o propósito de solicitar os sufrágios da Academia. Confessaveis mesmo divergências de mentalidade e independência de rito com a instituição. O desaparecimento trágico do nosso grande companheiro despertou-vos a ideia de ingressar nesta Casa e fostes movido ainda uma vez pelo fascínio do homem de que tinheis de retratar o perfil. A tarefa era adequada aos sentimentos que uma convivência de longos anos cimentara no espírito e se afervorava nos impulsos do coração. Não foram poucos os dissidentes surgidos nestas relações; freqüentes as rugas e amuas. Inspirariam um Juvenal as cenas de reconciliação.

Esboçastes no *Monstro* o prenúncio do que viria a ser a ação do chefe do Governo Provisório. O artigo é datado de 18 de novembro de 1930. Mediavam apenas vinte dias entre a deflagração do petardo e a posse do ditador. Os que relerem o artigo terão de reconhecer a clarividência de vossas impressões. Vinte e cinco anos depois, vem ecoar neste recinto uma das mais fulgurantes peças literárias, a enriquecer os nossos anais.

Não sei como me atrevo a falar de Getúlio Vargas, depois do vosso discurso. Podemos nesta Casa expressar-nos sobre o inigualável brasileiro com todas as veras do coração e com o senso da verdade histórica, soberana sobre as paixões. Ele esquecia em nossa convivência ressentimentos e amarguras. A última visita que nos fez foi no primeiro aniversário do seu atribulado governo, distingão de maneiras e a suavidade do trato com a alma já pungida, mas sempre com a que, se não aumentavam aos nossos olhos a figura do chefe do Estado, realçavam a nobreza do companheiro. Retribuia com igualdade efusão a honra que lhe conferimos, consagrando um homem de Estado, a exemplo do que faz a Academia Francesa, preocupado com os problemas culturais do País e tendo no seu acervo produções de indiscutível valor.

Não se pode negar a Getúlio Vargas o culto da inteligência, revelado na sua atuação parlamentar, nos seus atos de governo, nos seus hábitos de sociedade, na satisfação em que se comprazia do convívio com intelectuais. O Sr. Pedro Calmon Jarracu, na sessão consagrada à sua memória, que, na fase aguda da crise de remate tão trágico, passou quase uma hora a disertar com o Presidente da República, a braços com a onda que dentro em pouco o submergia sobre assuntos literários, permanecendo integral à memória, a visão intelectual do interlocutor, com a modéstia tão anatural da sua índole.

No discurso de recepção, Getúlio Vargas, confessava não ser "um escritor de clício" e escusava essa deficiência com a atração que sempre teve pelos homens de pensamento, as inteligências cultas e desinteressadas. Quanto ao papel da Academia, acentuava-lhe o relêve de "uma espécie de judicatura sobre a vida mental do País, preparando uma atmosfera de interesse e de respeito pelas criações intelectuais, estimulando as vocações e fomentando-lhes o acesso às fontes de reavivamento e renovação espiritual". De nossa parte, o dever da verdade nos leva a consignar

que não houve solicitação da Academia em prol das letras nacionais que não merecesse o seu apoio e recebesse o seu apoio.

Numa das nossas últimas sessões, o Sr. Levi Carneiro, com o senso de veracidade que o caracteriza, salientou a correção e firmeza de Getúlio Vargas na solidariedade dada à Academia no desenvolvimento da questão ortográfica, com o pensamento de estreitar ainda mais as relações culturais entre o Brasil e Portugal.

Não falta quem faça restrições aos recursos intelectuais de Getúlio Vargas. O crítico desapixonado encontrava, entretanto nos seus discursos, nas suas outras produções, os traços de uma mentalidade afeiçoada aos estudos, destra no manejo da linguagem, zelosa no vernáculo, encontrando mesmo, no natural e na simplicidade de suas manifestações intelectuais, o sinal de uma organização mental equilibrada, segura e consciente.

Rememorastes, Srs. Assis Chateaubriand, vários episódios dessa carreira sem par na nossa história política. Ninguém mudou mais a fisionomia social da Nação. O seu sincerismo levava-o a variar de direção ao respiro dos acontecimentos. Isto será tarefa do historiador da sua política.

Mas a sua personalidade não foge à argúcia do analista que sois e retratais em frases lapidárias.

As alternativas dessa curiosa figura, que não desaparecerá da história. Ao meditar sobre certos aspectos de vossas observações

sobre as contradições do tempo

ramento e as variantes da con

ducta de Getúlio Vargas, vêm-me

à mente o trecho em que Louis

Madelin salienta, no *Talleyrand*

que Napoleão "se interessava tão

vivamente pela vida, que seguia

com olhar apaixonado um belo

trabalho mesmo feito contra ele".

A cerimônia que neste instante

realizamos perderia na sensibili

dade e na emoção se a desvir

tuassem propósitos de políticos

ou de paixão. Mas, para honra

da Academia, que elegeu Getúlio

Vargas, podemos fazer uma

reflexão justa. Essa figura exercer

tanta fascinação entre os con

temporâneos brasileiros tão emi

nentes, pelo talento, pela cultura

pela moralidade, o serviram —

os seus processos não variavam

no exercício dos poderes discri

cionários ou no manejo do siste

ma constitucional — que temos

de considerá-lo como um valor

prodigioso na direção dos ho

mens. A Academia Brasileira com

prazia-se com a sua presença na

galeria de seus autênticos servi

dores. Reitera hoje a sua memó

ria preito de reconhecimento e

apreço.

Os vossos predecessores, na ca

deira n.º 37, aumentaram o pa

trimônio intelectual desta Casa

Silva Ramos exerceu o profes

sorado com abnegação solicitudo

e inteligência exemplares, cons

tituindo-se uma das barreiras

contra a desnaturação da lin

guagem e o desamor do vernáculo

Alcantara Machado e Getúlio

Vargas serviram à Pátria, com

entranhado zelo pelas suas forças

espirituais, amando enernecida

mente a terra e a gente. Haverá

de enfrentar confiante e sobran

ceiro as responsabilidades da su

cessão. A vossa poderosa capaci

dade jornalística, a luminosidade

de vossas concepções, o destemor

de vossa espírito na defesa da

ideias a inesgotável provisão de

é o entusiasmo de vossas inicia

tivas asseguram a continuidade

la trajetória que tendes percor

rido. Confiamos em vós, Sr. Assis Chateaubriand no resguardo de nosso padrão de cultura, labor e poderio mental.

Sr. Presidente, procedendo à leitura dos discursos proferidos pelo nobre Senador Assis Chateaubriand e pelo Dr. Aníbal Freire, que o recorre na "Casa de Machado de Assis", sinto-me jubiloso com as expressões cativantes com que me secundaram os ilustres pares nesta homenagem justa a um dos mais esclarecidos membros do Parlamento brasileiro. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Púlio de Mello.

O SR. PÚLIO DE MELLO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, a Bancada maranhense nesta Casa tinha o propósito de requerer a transcrição nos Anais dos brilhantes discursos proferidos no dia 27 do corrente, na Academia Brasileira de Letras, pelos expoentes da nossa cultura — o Senador Assis Chateaubriand e o professor Ministro Aníbal Freire.

Não o faz, entretanto, por haver o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, com o brilho de sua inteligência e a eloquência que lhe é peculiar, procedido à leitura daqueles discursos.

Esta declaração eu a faço para que conste dos Anais da Casa e pensamento da Bancada do Maranhão, que Assis Chateaubriand tanto honra. (Muito bem! Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMERA BUENO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, o requerimento de uma sessão extraordinária, há pouco firmado por mim e vários senadores, tinha o sentido de demonstrar o interesse e a necessidade, felizmente reconhecidos pelo Senado, da votação imediata do Substitutivo da Câmara dos Deputados que institui a cédula única para o próximo pleito de 3 de outubro.

Estamos a 34 dias do pleito eleitoral, e houve por bem o Senado não protelar por um só dia a instituição da cédula única, que tanta agitação tem provocado nestes dias de propaganda eleitoral.

Sr. Presidente, há males que vêm para bem. Assim classifico tremenda campanha em torno da cédula oficial, que parece providência milagrosa, em face da eleição. Talvez não tenhamos conseguido hoje vitória definitiva; mas ninguém negará demais um passo no sentido do aperfeiçoamento da nossa legislação eleitoral.

A tremenda polêmica em torno do assunto, testemunhas, sem dúvida, a propaganda dos partidos e dos candidatos. Em vez de ameaças, veja na corajosa atitude de muitos brasileiros a ânsia incontida pela instituição de providências asseguradoras da soberania do povo e do respeito à Constituição.

Sou dos que já não acreditam em golpe; sou dos que crêem que uma nação de 56 milhões de habitantes, com duas cidades das mais progressistas do mundo, — São Paulo e Goiânia, é Nação amadurecida para a democracia. Não podemos admitir que o simples evento de um novo pleito possa provocar colapso do regime. São perturbações pré-eleitorais, sem dúvida às vésperas do 3 de outubro. Mais uma vez serão lesmorilizados os que se batem pelo golpe a pretexto da solução de continuidade do regime democrático em nossa terra.

O que estamos assistindo é à reafirmação positiva da iniciativa privada que está reconstruindo a nossa pátria

e, de outro lado, articularem-se forças contra a ação do Poder Público, sobretudo nos últimos decênios que, sem dúvida, podemos classificar de negativos.

O fato de vencermos hoje mais uma etapa de melhoria do Código Eleitoral, dá-nos fundadas esperanças de, passado o próximo pleito de 3 de outubro, reencetarmos profunda reforma da legislação eleitoral brasileira, a fim de ultimar o Código Eleitoral que deverá ser dinâmico e não estático, pela experiência que vamos adquirindo depois de cada eleição. Devemos capacitar-nos cada vez mais a da justiça dos pleitos condições que acredite, seja a desejada por todos os parlamentares brasileiros.

Cumpre agora, aos Partidos e aos candidatos, com as novas disposições eleitorais cuidarem de fiscalizar bem cerca de sessenta mil mesas eleitorais distribuídas por todo o País.

Somente os entregadores de cédulas, os cabos eleitorais e os corregidores, fieis executantes das normas em vigor poderão dar-nos a certeza de que a três de outubro o povo brasileiro legitimamente elegerá o Presidente da República. (Muito bem; muito bem).

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Remy Archer. — Mendonça Clark.

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Acrisio Corrêa. — Waldir Bouillet. — Fernandes Távora. — João Arruda. — Argemiro de Figueiredo. — Apolônio Sales. — Novais Filho. — Jardim Maranhão. — Ezechias da Rocha. — Bernardes Filho. — Lúcio Bittencourt. — Cesar Vergueiro. — Antônio de Barros. — Moura Andrade. — Othon Mäder. — Alcides Gamarães. — Moisés Lupion. — Gomes de Oliveira. — Armando Câmara.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Designo, para a sessão de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Votação, em primeira discussão, do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1955, que acrescenta quatro parágrafos ao art. 78 da Constituição Federal; tendo parecer contrário, sob n.º 893, de 1955, da Comissão de Reforma Constitucional.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 156, de 1954, que modifica o art. 1º do Decreto n.º 12.299, de 22 de Abril de 1943, que regulamentou o art. 29 do Decreto-lei n.º 3.200, de 194-1941, referente à concessão de abono às famílias numerosas; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 989, de 1955, favorável; da Comissão de Legislação Social, sob número 981, de 1955, favorável; da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 982, de 1955, favorável, com a emenda que oferece de n.º 1-C; e da Comissão de Finanças, sob n.º 983, de 1955, favorável ao projeto, contrário à emenda n.º 1-C e oferecendo a emenda n.º 2-C.

3 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Importadora Técnica Rio Mar Ltda., para construção de um conjunto de 2 residências geminadas para operadores na Estação Transmissora de Sarapuí, Estado de São Paulo; tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 956, de 1955; e da Comissão de Finanças, sob n.º 957, de 1955.

4 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 1955,

originário da Câmara nos Deputados, 1955; e da *Comissão de Finanças*, sob que mantém a decisão do Tribunal de n.º 473, de 1955.

5 — Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1955, que contrato celebrado entre a Diretoria denomina "Refinaria Landulfo do Ensino Superior do Ministério da Alves" a Refinaria de Mataripe, no Estado Eddcação e Cultura e a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis, para encargos da manutenção daquela estabeleimento de ensino; tendo pa- receres favoráveis da *Comissão de Constituição e Justiça*, sob n.º 972, de *Justiça*.

Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a Sessão às 17 horas e 35 minutos.

SENADO FEDERAL

PORTARIA N.º 57 DE 29
DE AGOSTO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar o Oficial

Legislativo, Nível 14, Adhemar Pávora de Albuquerque, de acordo com o art. 40, item III, letra a, da Resolução n.º 4-55, para substituir o Chefe da Seção de Mecanografia, Dulce Barbosa da Cruz, durante o seu impedimento.

Secretaria do Senado Federal, em 29 de Agosto de 1955. — Luis Nabuco, Diretor Geral.